



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

**Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina
2019**



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

PRESIDENTE

Desembargador Rodrigo Tolentino de Carvalho Collaço

COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

Roger Tang Vidal – Secretário da SGS-DGA (Presidente da Comissão)

Guilherme e Silva Pamplona – Assessor Técnico – DMP (Secretário da Comissão)

Débora Carolina Piazza – Assessora Técnica – DEA

Itacir Carlos Fabris – Assessor Técnico – DTI

Kleber Steinbach – Assessor de Planejamento – ASPLAN

Luciana Rodrigues do Canto – Assessora Técnica – DIE

SECRETARIA DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

Angela Adelaide Consoli

Ariane Debastiani

Helen Petry

Luísa Bresolin de Oliveira

Roger Tang Vidal



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

SUMÁRIO

| | | |
|----------|---|-----------|
| 1 | APRESENTAÇÃO | 6 |
| 2 | INVENTÁRIO DE BENS, MATERIAIS E SERVIÇOS CONTRATADOS COM CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE | 13 |
| 2.1 | DIRETORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA | 13 |
| 2.2 | DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA | 16 |
| 2.3 | DIRETORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO | 17 |
| 2.4 | DIRETORIA DE SAÚDE..... | 17 |
| 2.5 | DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO | 18 |
| 2.6 | SECRETARIA DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL – DGA | 20 |
| 3 | PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS DESENVOLVIDAS NO PODER JUDICIÁRIO DE SANTA CATARINA | 24 |
| 3.1 | USO EFICIENTE DE INSUMOS E MATERIAIS | 24 |
| 3.2 | ENERGIA ELÉTRICA | 26 |
| 3.3 | ÁGUA E ESGOTO..... | 28 |
| 3.4 | GESTÃO DE RESÍDUOS..... | 29 |
| 3.5 | QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE DE TRABALHO | 30 |
| 4 | RELATÓRIO DO PLANO DE AÇÕES DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL-PJSC/2018 | 35 |
| 4.1 | PAPEL | 42 |
| 4.2 | COPOS..... | 43 |
| 4.3 | ÁGUA ENVASADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA..... | 47 |
| 4.4 | IMPRESSÃO..... | 48 |
| 4.5 | TELEFONIA | 48 |
| 4.6 | ENERGIA ELÉTRICA | 48 |
| 4.7 | ÁGUA E ESGOTO..... | 56 |
| 4.8 | GESTÃO DE RESÍDUOS..... | 58 |
| 4.9 | REFORMAS..... | 65 |
| 4.10 | LIMPEZA | 68 |
| 4.11 | VIGILÂNCIA | 70 |
| 4.12 | VEÍCULOS | 70 |
| 4.13 | COMBUSTÍVEL..... | 70 |
| 4.14 | QUALIDADE DE VIDA..... | 72 |
| 4.15 | CAPACITAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO SOCIOAMBIENTAL..... | 85 |
| 5 | PLANO DE AÇÕES DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL DE 2019 – PLS-PJSC/2019 | 88 |
| 5.1 | PAPEL | 89 |
| 5.2 | COPOS..... | 89 |
| 5.3 | ÁGUA ENVASADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA..... | 90 |
| 5.4 | IMPRESSÃO..... | 90 |
| 5.5 | TELEFONIA | 90 |
| 5.6 | ENERGIA ELÉTRICA | 90 |
| 5.7 | ÁGUA E ESGOTO..... | 91 |
| 5.8 | GESTÃO DE RESÍDUOS..... | 92 |
| 5.9 | REFORMAS..... | 93 |
| 5.10 | LIMPEZA | 93 |
| 5.11 | VIGILÂNCIA | 94 |
| 5.12 | VEÍCULOS | 94 |



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

| | | |
|------|--|-----|
| 5.13 | COMBUSTÍVEL..... | 94 |
| 5.14 | QUALIDADE DE VIDA..... | 95 |
| 5.15 | CAPACITAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO SOCIOAMBIENTAL..... | 100 |
| 5.16 | CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS | 100 |



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

LISTA DE ABREVIATURAS

ASPLAN – Assessoria de Planejamento
CGS – Comissão de Gestão Socioambiental
CNJ – Conselho Nacional de Justiça
DEA – Diretoria de Engenharia e Arquitetura
DMP – Diretoria de Material e Patrimônio
DRH – Diretoria de Recursos Humanos
DIE – Diretoria de Infraestrutura
DS – Diretoria de Saúde
DTI – Diretoria de Tecnologia da Informação
PJSC – Poder Judiciário de Santa Catarina
PLS – Plano de Logística Sustentável
PLS-PJSC – Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário de Santa Catarina
SGS – Secretaria de Gestão Socioambiental
TJSC – Tribunal de Justiça de Santa Catarina



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

1 APRESENTAÇÃO

Trata-se do Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário de Santa Catarina para o ano 2019 (PLS–PJSC/2019), elaborado em atendimento ao disposto na Resolução CNJ n. 201/2015 e na Resolução GP n. 28/2015, com alterações dadas pela Resolução GP n. 13/2018.

O Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário (PLS-JUD) foi instituído pela Resolução CNJ n. 201/2015, que determinou a implantação do PLS-JUD e a criação de unidades ou núcleos socioambientais e nos órgãos e conselhos, bem como a adoção de modelos de gestão organizacional e de processos estruturados na promoção da sustentabilidade.

A implantação anual do PLS é item obrigatório para a aquisição do Selo Justiça em Números:

Art. 4º Para a pontuação do Selo Justiça em Números serão observados os seguintes requisitos e formas de comprovação:

XIII – cumprir com o disposto na Resolução CNJ n. 201, de 3 de março de 2015 [Gestão Socioambiental], na forma:

- a) ter enviado ao Conselho Nacional de Justiça os dados estatísticos previstos no Anexo I, devidamente atestado pelo CNJ (10 pontos);
- b) ter criado unidades ou núcleos socioambientais estruturados na forma prevista no art. 1º, a ser atestado pelo encaminhamento do ato que criou os núcleos socioambientais com a respectiva lotação, nome, telefone e e-mail dos integrantes (5 pontos);
- c) publicar e encaminhar ao CNJ o relatório a que se refere o art. 23, a ser atestado pelo CNJ (5 pontos) (Portaria CNJ n. 18/2018).

No Poder Judiciário catarinense, a Resolução GP n. 28/2015 ordenou a criação da Comissão de Gestão Socioambiental, ligada ao Gabinete da Presidência e definiu a competência da Comissão para elaborar, monitorar, avaliar e revisar o Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina – PLS-PJSC. Determinou, ainda, que o PLS-PJSC seja submetido ao crivo do Conselho de Políticas Jurisdicionais e Administrativas (alteração conforme Resolução GP n. 13/2018).



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

A Comissão de Gestão Socioambiental é composta por: (a) o Chefe da Secretaria de Gestão Socioambiental da Diretoria-Geral Administrativa, que preside a Comissão; (b) um assessor de Planejamento; (c) um assessor técnico da Diretoria de Material e Patrimônio; (d) um assessor técnico da Diretoria de Infraestrutura; (e) um assessor técnico da Diretoria de Engenharia e Arquitetura; e (f) um assessor técnico da Diretoria de Tecnologia da Informação (alteração conforme Resolução GP n. 13/2018).

O Plano de Logística Sustentável, assim definido no artigo 10 da Resolução CNJ n. 201/2015, é instrumento vinculado ao planejamento estratégico do Poder Judiciário, com objetivos e responsabilidades definidas, ações, metas, prazos de execução, mecanismos de monitoramento e avaliação de resultados, o qual permite estabelecer e acompanhar práticas de sustentabilidade, racionalização e qualidade que objetivem uma melhor eficiência do gasto público e da gestão dos processos de trabalho, considerando a visão sistêmica do órgão. O documento deve conter:

- I – relatório consolidado do inventário de bens e materiais do Poder Judiciário catarinense, com a identificação dos itens nos quais foram inseridos critérios de sustentabilidade quando de sua aquisição;
- II - práticas de sustentabilidade, racionalização e consumo consciente de energia, água, combustíveis, materiais e serviços;
- III – responsabilidades, metodologia de implementação, avaliação do plano e monitoramento dos dados;
- IV – ações de divulgação, sensibilização e capacitação; e
- V – indicadores de desempenho socioambiental e econômico (artigo 3º da Resolução GP n. 28/2015).

As ações e práticas do Plano de Logística Sustentável devem abranger, no mínimo, os temas (artigo 16 da Resolução CNJ n. 201/2015):

- (a) Uso eficiente de insumos e materiais considerando, inclusive, a implantação do PJe e a informatização dos processos e procedimentos administrativos;
- (b) Energia elétrica;
- (c) Água e esgoto;
- (d) Gestão de resíduos;
- (e) Qualidade de vida no ambiente de trabalho;
- (f) Sensibilização e capacitação contínua do corpo funcional, da força de trabalho auxiliar e, quando for o caso, de outras partes interessadas;



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

- (g) Contratações sustentáveis, compreendendo, pelo menos, obras, equipamentos, combustível, serviços de vigilância, de limpeza, de telefonia, de processamento de dados, de apoio administrativo e de manutenção predial;
- (h) Deslocamento de pessoal e de bens e materiais, considerando todos os meios de transporte, com foco na redução de gastos e de emissões de substâncias poluentes.

A matriz de indicadores socioambientais definida no Anexo 1 da Resolução CNJ n. 201/2015 mensura o desempenho ambiental e econômico do órgão judiciário. Os indicadores são agrupados em 16 categorias:

- (1) Variáveis Gerais;
- (2) Papel;
- (3) Copos Descartáveis;
- (4) Água envasada em embalagem plástica;
- (5) Impressão;
- (6) Telefonia;
- (7) Energia elétrica;
- (8) Água e esgoto;
- (9) Gestão de Resíduos;
- (10) Reformas;
- (11) Limpeza;
- (12) Vigilância;
- (13) Veículos;
- (14) Combustível;
- (15) Qualidade de vida, e;
- (16) Capacitação socioambiental.

No Poder Judiciário catarinense, o PLS foi inaugurado em 9 de novembro de 2015 por meio da aprovação do documento inaugural pelo Conselho de Gestão, Modernização Judiciária, de Políticas Públicas e Institucionais (processo administrativo 6790/2018, doc. 72818/2016, p. 33).

O documento inaugural do PLSC PJSC contém os parâmetros que norteiam a sua elaboração (docs. 72816/2016 e 72818/2016) e está disponível em <https://www.tjsc.jus.br/web/gestao-socioambiental/plano-de-logistica-sustentavel>.

De acordo com a metodologia estabelecida para o PLS-PJSC às fls.156/160 do documento, realizam-se periodicamente:

- a) a colheita mensal e anual dos indicadores (Anexo 1 da Resolução CNJ n. 201/2015);



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

- b) a atualização anual do inventário de bens, materiais e serviços contratados com critérios de sustentabilidade (artigos 15 e 17 da Resolução CNJ n. 201/2015);
- c) a atualização anual das práticas sustentáveis consolidadas no PJSC (artigo 16 da Resolução CNJ n. 201/2015);
- d) o relatório anual do desempenho do plano de ações do ano corrente (artigo 23 da Resolução CNJ n. 201/2015);
- e) a identificação anual das ações para o ano subsequente (artigo 23 da Resolução CNJ n. 201/2015);

A partir da aprovação anual do Plano de Logística Sustentável, deflagram-se as etapas de acompanhamento e monitoramento de dados, de avaliação dos resultados, de revisão do plano e de divulgação.

Os dados quantitativos dos indicadores socioambientais previstos no Anexo 1 da Resolução CNJ n. 201/2015 são monitorados por meio de colheita mensal e/ou anual junto às áreas responsáveis e são cadastrados no sistema “CNJ Corporativo – Perfil Socioambiental”. O relatório de indicadores do ano corrente é entregue anualmente até 28 de fevereiro do ano subsequente, consoante o prazo do Anexo 1, Glossário de Indicadores, 1ª edição, da mesma resolução.

O monitoramento e a avaliação das ações ocorrem bimestral e semestralmente, respectivamente. A Comissão de Gestão Socioambiental, reunida, avalia o progresso do plano de ações, o cumprimento de metas e a realização das práticas sustentável e, ao fim do primeiro semestre, elabora o relatório parcial de desempenho do PLS.

A revisão anual do Plano de Logística Sustentável da instituição concretiza-se por meio do relatório de desempenho, conforme o artigo 23 da Resolução CNJ n. 201/2015. O relatório de desempenho deve ser enviado ao CNJ até 20 de dezembro de cada ano. Nele apresentam-se a consolidação dos resultados alcançados ao longo do exercício, a evolução do desempenho e o cumprimento das ações e metas, bem como a identificação das ações para o próximo período.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

Art. 23. Ao final de cada ano deverá ser elaborado por cada órgão e conselho do Poder Judiciário relatório de desempenho do PLS-PJ, contendo:

I – consolidação dos resultados alcançados;

II – a evolução do desempenho dos indicadores estratégicos do Poder Judiciário com foco socioambiental e econômico, de acordo com o previsto no Anexo I;

III – identificação das ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente.

§ 1º Os relatórios deverão ser publicados no sítio dos respectivos órgãos e conselhos do Poder Judiciário e encaminhados, em forma eletrônica, ao CNJ até o dia 20 de dezembro do ano corrente pela autoridade competente do órgão ou conselho.

§ 2º O DPJ disponibilizará aos órgãos e conselhos do Poder Judiciário acesso ao sistema informatizado para compilação das informações quanto ao PLS-PJ com o objetivo de padronizar o envio e recebimento de dados e facilitar a análise dos indicadores que avaliarão o índice de sustentabilidade das instituições.

A publicação do documento ocorre periodicamente na página www.tjsc.jus.br/web/gestao-socioambiental/plano-delogistica-sustentavel.

Assim, anualmente, desde 2016, o PLS-PJSC é revisado e atualizado por meio do relatório de desempenho das ações do ano-base, da proposição de metas para o ano subsequente e da elaboração do inventário de contratações com critérios socioambientais na aquisição e da lista de práticas sustentáveis.

A última edição (PLS-PJSC/2018) recebeu a aprovação do Conselho de Gestão, Modernização Judiciária, de Políticas Públicas e Institucionais em sessão realizada em 11 de dezembro de 2017 (fls. 54 do doc. 72830/2018 do processo n. 6790/2018) e foi encaminhada ao Conselho Nacional de Justiça em 15 de dezembro de 2017 (doc. 72830/2018 do processo n. 6790/2018). O relatório complementar contendo a atualização dos indicadores foi enviado em 27 de março de 2018, conforme comprovantes acostados aos autos n. 6790/2018 (doc. 118830/2018).

A edição atual (PLS-PJSC/2019) apresenta: a atualização do inventário de bens, materiais e serviços com critérios de sustentabilidade na aquisição; a atualização da lista de práticas sustentáveis do PJSC; o relatório de desempenho do plano de ações de 2018; e, o plano de ações aprovado pela Comissão para implantação em 2019.

Por meio de processos administrativos, as áreas que participam do PLS foram instadas a apresentar o relatório de desempenho das ações do ano cor-



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

rente e o plano de ações para 2019, bem como a atualização dos demais itens. As áreas participantes são a Diretoria de Engenharia e Arquitetura, a Diretoria de Gestão de Pessoas, a Diretoria de Infraestrutura, a Diretoria de Material e Patrimônio, a Diretoria de Saúde, a Diretoria de Tecnologia da Informação e a Secretaria de Gestão Socioambiental. Os relatórios receberam aprovação da Diretoria-Geral Administrativa.

| Área | Acompanhamento do PLS-PJSC/2018 (SPA) | Proposição do PLS-PJSC/2019 (SPA) |
|---------------------------------------|---------------------------------------|-----------------------------------|
| Diretoria de Engenharia e Arquitetura | 22685/2018 | 27262/2018 |
| Diretoria de Gestão de Pessoas | 22882/2018 | 27263/2018 |
| Diretoria de Infraestrutura | 22692/2018 | 27265/2018 |
| Diretoria de Material e Patrimônio | 22870/2018 | 27266/2018 |
| Diretoria de Saúde | 22884/2018 | 27267/2018 |
| Diretoria de Tecnologia da Informação | 22703/2018 | 27268/2018 |
| Secretaria de Gestão Socioambiental | 25840/2018 | 31294/2018 |

A Comissão de Gestão Socioambiental aprovou, em reunião em 28 de agosto de 2018, o relatório parcial de desempenho (doc. 426354/2018 do processo n. 18509/2017); e, em 9 de outubro de 2019, o plano de ações e metas para 2019 (doc. 426370/2018 do processo n. 18509/2017).

O plano de ações e metas para 2019 encontra-se em sua versão definitiva. O relatório de desempenho apresenta a consolidação dos resultados das ações até 28 de agosto de 2018 e, após o fechamento do exercício do ano-base (2018), será atualizado e enviado ao CNJ até 28 de fevereiro, que é o prazo de envio dos indicadores anuais estipulado pelo CNJ no Anexo 1, Glossário de Indicadores, 1ª edição, da Resolução CNJ n. 201/2015.

A Secretaria de Gestão Socioambiental executou a compilação dos dados e a elaboração do relatório em cumprimento ao inciso XIII do artigo 5º da Resolução GP n. 28/2015.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

Por fim, em resposta aos artigos 15, 16 e 23 da Resolução CNJ n. 201/2015, o documento organiza-se em 7 seções: (1) Apresentação; (2) Inventário de bens, materiais e serviços com critérios de sustentabilidade na aquisição; (3) Lista de práticas sustentáveis desenvolvidas no PJSC; (4) Relatório do desempenho das ações do PLS-PJSC 2018; e, (5) Plano de ações para 2019.

Comissão de Gestão Socioambiental



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

2 INVENTÁRIO DE BENS, MATERIAIS E SERVIÇOS CONTRATADOS COM CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

Foram listados 48 bens, materiais e serviços que incluíram critérios socioambientais na aquisição:

Tabela 1- Resultado da atualização do Inventário

| DEA | DIE | DMP | DS | DTI | SGS | TOTAL |
|-----|-----|-----|----|-----|-----|-------|
| 16 | 07 | 02 | 01 | 01 | 21 | 48 |

Fonte: Comissão de Gestão Socioambiental

Os itens estão agrupados por diretoria ou área do TJSC, contendo a descrição e o número do convênio, contrato ou ARP.

2.1 DIRETORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

| Item | Descrição | Contra- to/Convênio/ ARP |
|--|---|--|
| <i>Brise soleil</i> nas fachadas com maior incidência de raios solares | Os brises são especificados em fachadas para reduzir a incidência de raios solares, minimizando o uso de ar condicionado. | Contratos de obras de construções, reformas e ampliações. |
| Cobertura (telha) com material que favorece o isolamento térmico | A utilização de material para a cobertura que favoreça o isolamento térmico minimiza o uso de ar condicionado. | Contratos de obras de construções, reformas e ampliações. |
| Equipamentos de climatização – ar condicionado (tipo janelheiro e Split) | Equipamentos de ar condicionado do tipo janela são especificados com selo PROCEL, com índices de eficiência energética A. Equipamentos de ar condicionado do tipo split são especificados para compra apenas modelos do tipo inverter, com economia de energia elétrica da ordem de 30% com relação a outros modelos, e também seguem | Atas de Registro de Preços 1117 e 1118, contratos de obras de construções, reformas e ampliações |



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

| | | |
|--|--|--|
| | especificados para selo PROCEL, com índices de eficiência energética A ou B. | |
| Lâmpadas de alto rendimento | Lâmpadas de alto rendimento, que não utilizam metais pesados na sua composição. | Contratos de obras de construções, reformas e ampliações, contratos de manutenção predial. |
| Sistema de acionamento automático da iluminação | A iluminação com acionamento automático em áreas de pouca utilização (como garagens e escadas enclausuradas) reduz o consumo de energia elétrica. | Contratos de obras de construções, reformas e ampliações. |
| Madeira de origem legal | O uso de madeira de origem legal, proveniente de manejo florestal ou reflorestamento, comprovada mediante apresentação de certificado de procedência, contribui para o uso planejado dos recursos naturais. | Contratos de obras de construções, reformas e ampliações. |
| Tintas à base de água | O uso de tintas à base de água, livre de compostos orgânicos voláteis, sem pigmentos à base de metais pesados, fungicidas sintéticos ou derivados de petróleo evita a contaminação do ambiente no processo de pintura e descarte dos produtos. | Contratos de obras de construções, reformas e ampliações, contratos de manutenção predial. |
| Pavimentação externa com bloco intertravado | Blocos que garantem maior percentual maior de permeabilidade no solo (favorece a infiltração das águas das chuvas). | Contratos de obras de construções, reformas e ampliações, contratos de manutenção predial. |
| Torneira acionamento hidromecânico e fechamento automático | As torneiras com sistema de acionamento hidromecânico são acionadas com leve pressão da mão e fechamento automático temporizado em aproximadamente 6 segundos o que garante economia de água. Sistema prático, com elevada vida útil, resistência a depredações gerando economia e maior higiene, pois uma vez acionado, o usuário não tem | Contratos de obras de construções, reformas e ampliações, contratos de manutenção predial. |



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

| | | |
|--|---|---|
| | mais contato com o produto. | |
| Mictórios instalações sanitárias masculinas | A instalação de mictórios em banheiros masculinos resulta em economia de água de até 75%. Os mictórios consomem de 1,5 a 2 litros de água por acionamento da descarga para descarte de urina. As bacias sanitárias comuns, com meia descarga, usam 3 litros. As válvulas sem duplo acionamento gastam, em média, 6 litros. Serão utilizados torneira automática temporizada com acionamento por pressão. | Contratos de obras de construções, reformas e ampliações. |
| Válvula de descarga de duplo acionamento para instalações sanitárias | Usar sempre a mesma quantidade de água nas descargas é desperdício. O sistema de duplo acionamento oferece a opção para despejar três ou seis litros na bacia sanitária, de acordo com a necessidade. A economia de água depende do usuário com a correta utilização. | Contratos de obras de construções, reformas e ampliações. |
| Caixa de descarga com válvula de acoplada | O uso de caixa acoplada favorece a economia de água quando utilizada adequadamente. A principal vantagem é que são utilizados mecanismos de entrada e saída que possibilitam diferentes benefícios e a necessidade da espera de seu enchimento para liberar uma nova descarga, evitando assim acionamentos repetitivos desnecessários. Uma breve comparação: válvulas de descarga gastam cerca de 1,8 litro por segundo, ou seja, acionar a válvula por cerca de quatro segundos gasta mais que uma descarga em caixa acoplada. | Contratos de obras de construções, reformas e ampliações em sanitários de uso privativo, contratos de manutenção predial. |
| Sistema de reaproveitamento de águas das chuvas | O sistema de reaproveitamento de águas das chuvas reduz o consumo de água fornecida pela concessionária. | Contratos de obras de construções, reformas e ampliações. |
| Equipamentos para transporte vertical (elevadores) | Elevadores com sistema inteligente na partida e frenagem da cabine, variadores de frequência e variado- | Contratos de obras de construções, reformas e amplia- |



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

| | | |
|------------------|---|--|
| | res de voltagem. | ções. |
| Bicicletários | A instalação de bicicletários nos prédios estimula o uso pelo servidor e público, o que possivelmente reduz a circulação de automóveis. | Contratos de obras de construções, reformas e ampliações, contratos de manutenção. |
| Tapume ecológico | O uso de tapume ecológico de matéria-prima reciclada e/ou reciclável (placa ecológica tetra pak) reduz o entulho decorrente da obra. | Contratos de obras de construções, reformas e ampliações. |

2.2 DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA

| Item | Descrição | Contrato/Convênio/ARP |
|--------------------------|--|--|
| Copo plástico 180 ml | Utilização Polipropileno em substituição ao poliestireno | Próxima aquisição SPA 39059/2017. |
| Máquina de Lavar roupa | Equipamentos adquiridos com a exigência de classificação "A" no Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Portaria INMETRO/ MDIC número 20 de 01/02/2006). | Pregão N. 043/2018 – ARP 1691 – validade até 03/04/2019. |
| Refrigerador Frost Free | Equipamento adquirido com a exigência de classificação "A" no Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Portaria INMETRO/ MDIC número 20 de 01/02/2006). | Pregão N. 89/2018 – ARP 1723 – validade 10/06/2019. |
| Refrigerador (frigo-bar) | Equipamento adquirido com a exigência de classificação "A" no Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Portaria INMETRO/ MDIC número 20 de 01/02/2006). | Pregão N. 143/2017 – ARP 1659 – validade 17/10/2018 Próxima contratação: Pregão Eletrônico n. 105/2018 (SPA N. 11942/2018), Sessão Pública: 13/08/2018. |
| Micro-ondas | Equipamento adquirido com a exigência de classificação "A" no Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Portaria INMETRO/ MDIC número 20 de 01/02/2006). | Sem ata vigente. Próxima contratação: Pregão Eletrônico n. 105/2018 (SPA N. 11942/2018), Sessão Pública: 13/08/2018. |
| Serviços continua- | - Apresentar registro no Cadastro | Contrato n. 08/2018 (Pregão |



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

| | | |
|--|---|------------|
| dos de fabricação de móveis sob medida | Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (IN 31, de 3 de dezembro de 2009 do IBAMA); - Certificado de Cadeia de Custódia, emitido pela FSC do Brasil (Forest Stewardship Council) ou Cerflor – Certificado Florestal (Programa Brasileiro de Certificação Florestal) que garante a rastreabilidade do MDF desde a produção da matéria prima que sai das florestas até a entrega ao consumidor final. | 214/2017). |
|--|---|------------|

2.3 DIRETORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

| Item | Descrição | Contrato/Convênio/ARP |
|---|--|---|
| Papel fabricado com resíduos do bagaço da cana | Papel sulfite de papelaria, produzido à base de fibras extraídas da reciclagem do bagaço de cana de açúcar, alvura mínima de 88%, opacidade mínima de 86 a 92%, umidade de 3% até 5% em conformidade com as normas da ABNT, corte rotativo, PH alcalino, isento de cloro elementar EFC | Pregão 74/2018 – Ata de Registro de Preços 1712 |
| Caneta esferográfica azul, fabricada com material reciclado | Caneta esferográfica azul personalizada – corpo cilíndrico, translúcido, composto de uma mistura de polipropileno de baixa densidade e de, no mínimo 70% de material reciclado, proveniente de aparas de produção. | Pregão 10/2018 – Ata de Registro de Preços 1710 |

2.4 DIRETORIA DE SAÚDE

| Item | Descrição | Contrato/Convênio/ARP |
|------|-----------|-----------------------|
|------|-----------|-----------------------|



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

| | | |
|--|--|-------------------|
| Coleta e destinação ambientalmente correta dos resíduos de saúde | Coleta e destinação ambientalmente correta dos resíduos de saúde dos Grupos A4 (infectantes), E (perfurocortantes) e B (resíduos químicos) | Contrato 124/2017 |
|--|--|-------------------|

2.5 DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

| Item | Descrição | Contrato/Convênio/ARP |
|--|---|-----------------------|
| Aquisição de novas baterias estacionárias da UPS (Uninterruptible Power Supply) da sala cofre com substituição das baterias antigas pela logística reversa | Aquisição, com serviço de instalação, de baterias estacionárias para o nobreak do datacenter do Poder Judiciário, conforme as quantidades e as especificações técnicas. Logística reversa para descarte dos equipamentos após sua obsolescência tecnológica | SPA 35914/2017 |
| Aquisição de monitores com certificação de sustentabilidade ambiental e com obrigatoriedade de logística reversa | Aquisição de monitores com certificação EPEAT (Electronic Product Environmental Assessment Tool) na categoria GOLD ou, alternativamente, possuir certificação emitida por organismos acreditados pelo INMETRO, que atenda aos Requisitos de Avaliação de Conformidade da Portaria INMETRO 170/2012 e alterações posteriores. A empresa contratada deverá realizar a logística reversa dos produtos, bem como encaminhar o material descartado de acordo com as práticas e políticas de sustentabilidade ambiental previstas em lei, sem qualquer ônus e sempre a critério da contratante. | SPA 18118/2017 |
| Aquisição de computadores com certificação de sustentabilidade ambiental e com obrigatoriedade de logística reversa | Atender à diretiva RoHS (Restriction of Hazardous Substances) quanto à não utilização de substâncias nocivas ao meio ambiente ou apresentar comprovação técnica demonstrando | SPA 26286/2016 |



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

| | | |
|---|---|----------------------|
| | <p>que o equipamento não é fabricado utilizando substâncias nocivas ao meio ambiente; à norma IEC 60950-1, ou similar emitida por instituição acreditada pelo INMETRO; possuir certificado Energy Star 5.0 ou superior; certificado de conformidade com a Instrução Normativa IBAMA Nº 6 DE 15/03/2013; A empresa contratada deverá realizar a logística reversa dos produtos, bem como encaminhar o material descartado de acordo com as práticas e políticas de sustentabilidade ambiental previstas em lei, sem qualquer ônus e sempre a critério da contratante.</p> | |
| <p>Aquisição de notebooks com certificação de sustentabilidade ambiental e com obrigatoriedade de logística reversa</p> | <p>Atender à diretiva RoHS (Restriction of Hazardous Substances) quanto à não utilização de substâncias nocivas ao meio ambiente ou apresentar comprovação técnica demonstrando que o equipamento não é fabricado utilizando substâncias nocivas ao meio ambiente; à norma IEC 60950-1, ou similar emitida por instituição acreditada pelo INMETRO; possuir certificado Energy Star 5.0 ou superior; certificado de conformidade com a Instrução Normativa IBAMA Nº 6 DE 15/03/2013. Compatibilidade eletromagnética e de radiofrequência IEC ('International Electrotechnical Commission') 61000 e/ou normas brasileiras compatíveis; atendimento de nível de conforto segundo a NBR 10152 (nível de ruído) ou norma equivalente internacional, avaliada segundo</p> | <p>SPA 6848/2017</p> |



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

| | | |
|--|---|--|
| | os parâmetros do subtipo 'Escritórios-Salas de Gerência, Salas de Projetos e de Administração' (35 dB (A) e NC 30dB)'. A empresa contratada deverá realizar a logística reversa dos produtos, bem como encaminhar o material descartado de acordo com as práticas e políticas de sustentabilidade ambiental previstas em lei, sem qualquer ônus e sempre a critério da contratante. | |
|--|---|--|

2.6 SECRETARIA DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL – DGA

| Item | Descrição | Contrato/Convênio/ARP |
|--|--|-----------------------|
| Coleta integrada de bens/materiais apreendidos, inservíveis e sigilosos – Região Leste | Coleta de bens apreendidos judicialmente, de bens e materiais de consumo inservíveis e de documentos sigilosos compreendendo a coleta nos locais definidos, a pesagem, o transporte rodoviário, a destruição dos bens apreendidos em processos judiciais, a inutilização de bens permanentes e materiais de consumo inservíveis, a fragmentação de documentos sigilosos e a destinação final adequada à legislação ambiental dos resíduos. | Contrato n. 114/2018 |
| Coleta integrada de bens/materiais apreendidos, inservíveis e sigilosos – Região Norte | Coleta de bens apreendidos judicialmente, de bens e materiais de consumo inservíveis e de documentos sigilosos compreendendo a coleta nos locais definidos, a pesagem, o transporte rodoviário, a destruição dos bens apreendidos em processos judiciais, a inutilização de bens permanentes e materiais de consumo inservíveis, a fragmentação de documentos sigilosos e a destinação final adequada à legislação ambiental dos resíduos. | Contrato n. 113/2018 |
| Coleta integrada de bens/materiais | Coleta de bens apreendidos judicialmente, de bens e materiais de consumo | Contrato n. 117/2018 |



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

| | | |
|--|--|---------------------|
| apreendidos, inser- víveis e sigilosos – Região Sul | inservíveis e de documentos sigilosos compreendendo a coleta nos locais definidos, a pesagem, o transporte rodoviário, a destruição dos bens apreendidos em processos judiciais, a inutilização de bens permanentes e materiais de consumo inseríveis, a fragmentação de documentos sigilosos e a destinação final adequada à legislação ambiental dos resíduos. | |
| Coleta integrada de bens/materiais apreendidos, inser- víveis e sigilosos – Região Oeste | Coleta de bens apreendidos judicialmente, de bens e materiais de consumo inseríveis e de documentos sigilosos compreendendo a coleta nos locais definidos, a pesagem, o transporte rodoviário, a destruição dos bens apreendidos em processos judiciais, a inutilização de bens permanentes e materiais de consumo inseríveis, a fragmentação de documentos sigilosos e a destinação final adequada à legislação ambiental dos resíduos. | Contrato n. 92/2018 |
| Coleta integrada de bens/materiais apreendidos, inser- víveis e sigilosos – Região Meio Oeste | Coleta de bens apreendidos judicialmente, de bens e materiais de consumo inseríveis e de documentos sigilosos compreendendo a coleta nos locais definidos, a pesagem, o transporte rodoviário, a destruição dos bens apreendidos em processos judiciais, a inutilização de bens permanentes e materiais de consumo inseríveis, a fragmentação de documentos sigilosos e a destinação final adequada à legislação ambiental dos resíduos. | Contrato n. 90/2018 |
| Coleta integrada de bens/materiais apreendidos, inser- víveis e sigilosos – Região Vale do Ita- jaí | Coleta de bens apreendidos judicialmente, de bens e materiais de consumo inseríveis e de documentos sigilosos compreendendo a coleta nos locais definidos, a pesagem, o transporte rodoviário, a destruição dos bens apreendidos em processos judiciais, a inutilização de bens permanentes e materiais de consumo inseríveis, a fragmentação de | Contrato n. 93/2018 |



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

| | | |
|---|---|----------------------|
| | documentos sigilosos e a destinação final adequada à legislação ambiental dos resíduos. | |
| Coleta de Resíduos Classe I – Serviços Gráficos– Região Leste | Coleta de resíduos perigosos classe I oriundos de serviços gráficos, compreendendo a pesagem, o transporte, e a destinação final adequada à legislação ambiental. | Contrato n.219/2014 |
| Coleta de Resíduos Classe II – Recicláveis – TJ e Comarca de Florianópolis | Coleta de resíduos classe II – recicláveis, compreendendo a pesagem, o transporte e a destinação final adequada à legislação ambiental. | Convênio n.115/2017 |
| Coleta de Resíduos Classe II – Recicláveis – Região da Grande Florianópolis | Coleta de resíduos classe II – recicláveis, compreendendo a pesagem, o transporte e a destinação final adequada à legislação ambiental. | Contrato n.79/2017 |
| Coleta de Resíduos Classe II – Recicláveis – Região Extremo Sul | Coleta de resíduos classe II – recicláveis, compreendendo a pesagem, o transporte e a destinação final adequada à legislação ambiental. | Contrato n. 97/2015 |
| Coleta de Resíduos Classe II – Recicláveis – Região Noroeste | Coleta de resíduos classe II – recicláveis, compreendendo a pesagem, o transporte e a destinação final adequada à legislação ambiental. | Contrato n. 160/2015 |
| Coleta de Resíduos Classe II – Recicláveis – Região Sul e Sudeste | Coleta de resíduos classe II – recicláveis, compreendendo a pesagem, o transporte e a destinação final adequada à legislação ambiental. | Contrato n. 240/2015 |
| Coleta de Resíduos Classe II – Recicláveis – Região Serrana | Coleta de resíduos classe II – recicláveis, compreendendo a pesagem, o transporte e a destinação final adequada à legislação ambiental. | Contrato n. 191/2015 |
| Coleta de Resíduos Classe II – Recicláveis – Região do Litoral Norte | Coleta de resíduos classe II – recicláveis, compreendendo a pesagem, o transporte e a destinação final adequada à legislação ambiental. | Contrato n. 50/2017 |
| Coleta e Composição de Resíduos Orgânicos – Região Sul | Coleta de resíduos orgânicos classe II A não inertes (resíduos de poda e jardinagem e resíduos de copa e cozinha), compreendendo a pesagem, o transpor- | Contrato 245/2016 |



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

| | | |
|--|--|----------------------|
| | te e a compostagem aeróbica para a produção de adubo orgânico. | |
| Coleta e trituração de processos findos | Coleta de processos findos da Divisão de Arquivo, compreendendo a coleta, a pesagem o transporte, a trituração através de processo que assegure a garantia do sigilo das informações contidas nos documentos e a destinação final adequada à legislação ambiental. | Contrato 47/2016 |
| Convênio de logística reversa de cartuchos – Lexmark | Recolhimento de cartuchos de toner vazios para remessa ao centro de reciclagem de acordo com a legislação ambiental vigente. | Convênio n. 182/2015 |
| Convênio de logística reversa de cartuchos – Hewllet Packard | Recolhimento de cartuchos de toner vazios para remessa ao centro de reciclagem de acordo com a legislação ambiental vigente. | Convênio n. 174/2013 |



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

3 PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS DESENVOLVIDAS NO PODER JUDICIÁRIO DE SANTA CATARINA

O levantamento realizado pelas áreas apontou o seguinte quantitativo de práticas sustentáveis consolidadas:

Tabela 2- Quantitativo de práticas sustentáveis 2018

| TEMA | QUANTIDADE |
|---|------------|
| Inciso I – Uso eficiente - Papel e suprimentos de impressão | 07 |
| Inciso I – Uso eficiente - Material de consumo – planejamento e uso | 02 |
| Inciso I – Uso eficiente - Sistemas informatizados | 01 |
| Inciso I – Uso eficiente - Copos descartáveis e água envasada | 05 |
| Inciso I – Uso eficiente - Telefonia | 02 |
| Inciso I – Uso eficiente - Documentos, materiais e bens móveis | 03 |
| Inciso II – Energia elétrica | 13 |
| Inciso III – Água e esgoto | 07 |
| Inciso IV – Gestão de resíduos | 16 |
| Qualidade de vida | 52 |
| Total | 108 |

Fonte: Comissão de Gestão Socioambiental

As práticas sustentáveis listadas abaixo foram organizadas com base nos temas do art. 16 da Resolução CNJ n.201/2015: uso eficiente de insumos e materiais (subdividida conforme critérios da Comissão); energia elétrica; água e esgoto; gestão de resíduos; qualidade de vida no ambiente de trabalho.

3.1 USO EFICIENTE DE INSUMOS E MATERIAIS

3.1.1 Papel e suprimentos de impressão

DMP – Acompanhamento periódico da distribuição de papel A4 às Unidades do PJSC, com indicações das unidades que não apresentaram redução no consumo em relação ao período anterior.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

DTI - Incentivo para a impressão frente e verso: política de incentivo iniciada em 2017, com orientação aos Técnicos de Suporte de Informática – TSI, para que configurem as impressoras por padrão com impressão em frente e verso.

DTI – Incentivo à digitalização de processos judiciais de 1º e 2º graus: apoio técnico aos projetos de digitalização do acervo dos processos físicos existentes no Poder Judiciário Catarinense;

SGS - Priorização ao uso de mensagens eletrônicas (e-mail) na comunicação.

SGS/DTI - Logística reversa em relação aos cartuchos/toner.

SGS - Reaproveitamento de papel impresso de um lado para confecção de blocos de rascunho.

SGS - Utilização de papel reciclado feito a partir do bagaço da cana, sem cloro elementar.

3.1.2 Material de consumo – planejamento e uso

DMP – Monitoramento do histórico de consumo dos bens estocáveis, visando a redução do consumo;

DIE/DMP – Revisão das aquisições de itens estocáveis, a fim de submeter à Administração a tomada de decisão quanto à oportunidade e conveniência de manter contratações de bens de consumo em que o custo x benefício para a sociedade não se demonstra vantajoso.

3.1.3 Sistemas informatizados

DTI - Conclusão da implantação do piloto do projeto Eproc.

3.1.4 Copos Descartáveis e Água envasada

DMP – Acompanhamento periódico da distribuição de copos plásticos às Unidades do PJSC, com indicações das unidades que não apresentaram redução no consumo em relação ao período anterior;

SGS/DIE - Incentivo à substituição do uso de copos descartáveis por copos e canecas retornáveis duráveis ou biodegradáveis.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

DIE – Distribuição limitada de água engarrafada e incentivo ao uso de água em garrações de 20 litros.

DIE – Higienização periódica de bebedouros e sistemas de filtragem de acordo com os normativos legais ou instruções do fabricante.

DIE – Instituição de novo método atendimento de copa em reuniões, em substituição às garrafas descartáveis de 500ml, passou-se a utilizar jarras de vidro abastecidas com água provenientes de galões de 20l.

3.1.5 Telefonia

DTI - Utilização de tecnologia VoIP (Voice over Internet Protocol) em substituição de linhas telefônicas analógicas.

DTI - Utilização do software livre BigBlueButton para realização de audiências e reuniões por videoconferência.

3.1.6 Desfazimento de documentos, materiais e bens móveis

SGS - Coleta e destinação adequada de bens apreendidos judicialmente.

SGS - Descaracterização, coleta e destinação adequada de documentos e processos judiciais de acordo com a tabela de temporalidade e Recomendação CNJ 37/2011.

SGS - Incentivo à reutilização de materiais.

3.1.7 Contratações sustentáveis

Conforme lista do item 3 acima (inventário) –incentivo a contratações sustentáveis, observando-se critérios de sustentabilidade na especificação do objeto no projeto básico.

3.2 ENERGIA ELÉTRICA

SGS e DEA – Sensibilização para redução do uso de energia elétrica: desligar as luzes, equipamentos, incentivo ao uso da luz solar (iluminação natural), na página eletrônica da SGS.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

SGS e DEA – Sensibilização para uso racional do ar condicionado e observação da melhor eficiência energética no momento de aquisição, na página eletrônica da SGS.

DEA – Utilização de BRISE SOLEIL – FILTROS DE LUZ - visa o aumento dos ganhos térmicos da edificação e, em consequência, reduz o consumo de energia elétrica com o uso de ar-condicionado e luminárias.

DEA – Instalação de interruptores por grupo de lâmpadas, alternadamente, que permite o uso de iluminação parcial necessária.

DEA – Avaliação anual dos contratos de fornecimento de energia com vistas ao acompanhamento da modalidade de tarifação e da demanda contratada de fornecimento de energia.

DEA – Diagnóstico das instalações elétricas visando propor as alterações necessárias para redução de consumo.

DEA – Utilização de calhas refletoras visando melhorar a qualidade da iluminação.

DEA – Especificação de projeto para troca da iluminação do Tribunal Pleno por lâmpadas do tipo LED.

DEA – Utilização de equipamentos de ar condicionado do tipo inverter, com economia de energia elétrica da ordem de 30% com relação a outros modelos, e também seguem especificados para selo PROCEL, com índices de eficiência energética A ou B.

DEA – Uso de película de vidro para garantia do conforto térmico projetando o ar condicionado nos ambientes de forma a também minimizar os gastos com energia.

DEA – Transporte Vertical: equipamentos para o transporte vertical com a utilização de elevadores e plataformas elevatórias (para portadores de necessidades especiais) de alta eficiência, com inteligência artificial de maneira a utilizar a energia de forma racional.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

DEA – Construção de telhado verde para equilíbrio de temperatura e economia energética, com a redução da exigência do equipamento de ar-condicionado.

DTI – Uso de desktops virtuais – relacionada ao teletrabalho.

3.3 ÁGUA E ESGOTO

SGS – Sensibilização para redução de uso de água, energia e papel na página eletrônica da SGS.

DEA – aproveitamento de água da chuva em vaso sanitário e jardim.

DEA – tratamento de esgoto – Por ETE (Estação de Tratamento de Efluentes) da Rede Pública, ETE Própria ou Sumidouro.

DEA – Realização de levantamento e monitoramento, periódico da situação das instalações hidráulicas visando alterações necessárias para redução do consumo.

DEA – Substituição de torneiras com temporizador e aerador visando evitar o desperdício de água.

DEA – Manutenção preventiva e corretiva – contratação de empresa especializada para tratamento e manutenção preventiva mensal na água de condensação e água gelada do sistema de climatização da Torre II, Fórum Central da Capital e Fórum Des. Eduardo Luz com exigência de respeito a legislação ambiental vigente, exigindo a empresa que nenhum produto seja agressivo ao meio-ambiente, e solicitando registro dos produtos utilizados em órgão nacional competente, ANVISA e IBAMA quando aplicável.

DIE – Monitoramento e controle do consumo de água e esgoto. A DIE recebe mensalmente as faturas de água e esgoto das unidades que compõe o PJSC, alimenta o sistema SCT com as informações e instrui o processo de pagamento. Quando ocorre um desvio padrão no consumo, a Seção de Controle de Custos envia um e-mail para a unidade consumidora fazendo um alerta do aumento do consumo, juntamente com o relatório de consumo dos últimos 12 meses e solicita que a unidade



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

verifique eventuais problemas de vazamento. Referido e-mail é enviado com cópia à Diretoria de Engenharia e Arquitetura.

3.4 GESTÃO DE RESÍDUOS

DTI – Uso de desktops virtuais, o que gera menos resíduo computacional.

SGS – As atividades de gestão da coleta seletiva nas unidades do TJSC e nas comarcas, e de logística reversa dos resíduos, são realizadas de acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos – Lei nº 12.305/2010, Resolução CONAMA n. 275/2001 e Decreto 5.940/2006 e demais normas aplicáveis.

SGS – Coleta seletiva e destinação adequada de resíduos de classe II.

SGS – Coleta e destinação adequada de resíduos perigosos (pilha, bateria, eletroeletrônicos e insumos de informática).

SGS – Coleta e inutilização dos bens e materiais inservíveis, com destinação adequada dos resíduos gerados.

SGS – Coleta e destruição dos bens apreendidos judicialmente com destinação adequada dos resíduos gerados.

SGS – Coleta e fragmentação de documentos sigilosos, físicos e digitais, com destinação adequada dos resíduos gerados.

SGS – Coleta e destinação adequada de resíduos orgânicos (pó de café e jardinagem) com retorno de 5% em adubo para ser usado nos jardins.

SGS – Campanhas para o consumo consciente são desenvolvidas e o material disponibilizado no *site* da SGS (www.tjsc.jus.br/web/gestao-socioambiental).

SGS – Credenciamento a fim de firmar convênio com cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, ao invés de empresas privadas, conforme preconizado pela Lei n.12.305/2010.

DEA – Descarte adequado de lâmpadas e reatores queimados em reformas e nos contratos de manutenção predial (contratos de manutenção predial).



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

DEA – Inclusão de ambiente destinado à guarda provisória de lixo reciclável na concepção dos projetos arquitetônicos de novos fóruns (contratos de obras de construção, reforma ou ampliação).

DEA - Adequação do projeto arquitetônico à topografia original do terreno, quando possível, reduzindo a movimentação de terra necessária (contratos de obras de construção ou ampliação).

DEA - Composição de espaços arquitetônicos de forma a favorecer alterações futuras de layout, evitando ou reduzindo as intervenções e, conseqüentemente, os resíduos decorrentes da obra (contratos de obras de construção, reforma ou ampliação).

DEA - Inclusão de cláusula nos contratos de obras de reforma ou construção de edificações quanto à responsabilidade das empresas em informar mensalmente ao Poder Judiciário acerca da quantidade de resíduos produzidos na obra que foram encaminhados à reciclagem, bem como o local de destino dos resíduos.

DS – Coleta e destinação ambientalmente correta dos resíduos dos Grupos A4 (infectantes), E (perfurocortantes) e B (resíduos químicos).

3.5 QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE DE TRABALHO

DGP – Desenvolvimento de Relações Interpessoais - Objetivo: Desenvolver intervenções psicológicas em grupos, buscando a melhoria das relações interpessoais e o gerenciamento de conflitos.

DGP – Entrevistas de Lotação e Relotação– Objetivo: Entrevistas com o fim de identificar o perfil do servidor para definição de lotação com melhor adequação do ambiente de trabalho.

DGP – Grupos Vivenciais - Objetivo: contribuir para o resgate da força e dos recursos internos que cada um de nós possui para superar desafios, proporcionar equilíbrio e melhorar a própria vida, tanto no âmbito pessoal quanto no profissional, com ênfase nos relacionamentos, emoções, autoestima e confiança (temas: equilíbrio emocional, luto, finanças, liderança).



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

DGP – Programa de Acompanhamento do Desempenho - Objetivo: Oportunizar ao servidor uma reflexão quanto aos pontos a serem melhorados, possibilitando a identificação das necessidades de treinamentos ou de intervenções psicológicas.

DGP – Programa de Bem-estar no Trabalho - Objetivo: Formar vínculos mais positivos com o trabalho e aumentar a satisfação pessoal e profissional dos servidores. Ainda, busca-se atuar de forma preventiva, promovendo a saúde e minimizando os danos inerentes ao exercício das atribuições.

DGP – Programa de Preparação para Aposentadoria - Objetivo: Auxiliar o servidor a pensar a vida após o desligamento do trabalho, quebrar o antigo paradigma de que a aposentadoria é o tempo da ociosidade e fomentar a visão de que esse é o tempo de transformar sonhos em projetos.

DGP – Projeto “Dicas” - Objetivo: Colaborar com o desenvolvimento das atividades do servidor e com seu bem-estar.

DGP – Programa Olhares - Objetivo: Incentivar o desenvolvimento da criatividade, valorizar a expressão artística e contribuir para o bem-estar de magistrados, servidores e demais colaboradores.

DGP – Recadastramento de Aposentados – Objetivo: Auxiliar a servidor aposentado incapacitado a realizar o recadastramento anual obrigatório, contribuindo para o seu bem-estar.

DGP – Atendimento Psicossocial – Objetivo: dar suporte psicossocial a servidores que buscam auxílio para dificuldades vivenciadas no ambiente de trabalho.

DGP – Teletrabalho - Melhorar a qualidade de vida do servidor, em razão da flexibilidade de horário e execução de atividades laborativas em casa ou local apropriado, com reflexo positivo na produtividade.

DS – Dicas de saúde (DAS): disponibilizar uma dica de saúde por mês durante todos os meses do ano, com no mínimo 1000 acessos a cada uma das postagens. Indicador: total de acessos individualizados às páginas das dicas postadas no Portal do TJSC.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

DS – Avaliação social de magistrados e servidores em Licença para Tratamento de Saúde/Licença para Tratamento de Saúde em Pessoa da Família (DAS);

DS – Avaliação social e monitoramento de servidores com Readaptação Funcional (DAS);

DS – Avaliação social e monitoramento de servidores com Redução de Carga Horária por motivo de doença (DAS);

DS – Avaliação social de servidores requerendo Remoção/Disposição por motivo de doença (DAS);

DS – Avaliação social e acompanhamento de magistrados e servidores para Isenção de Imposto de Renda (DAS);

DS – Assistência para Internação e acompanhamento de magistrado e servidor internado em instituição de saúde por motivos psiquiátricos e dependência química (DAS);

DS – Atendimentos Emergenciais (DAS);

DS – Avaliação psicológica de magistrados e servidores em Licença para Tratamento de Saúde e Licença para Tratamento de Saúde de Pessoa da Família (DAS);

DS – Avaliações psicológicas de servidores com pedido de readaptação funcional (DAS);

DS – Avaliações psicológicas de servidores com pedido de remoção (DAS);

DS – Avaliação psicológica de candidatos à Magistratura (DAS);

DS – Avaliação psicológica de candidatos à admissão no cargo efetivo e comissionado (DAS);

DS – Avaliação Psicossocial em aposentados por invalidez (DAS);

DS – Atendimento psicológico emergencial a magistrados e servidores (DAS);

DS – Aquisição e distribuição de kits e testes psicológicos (DAS);



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

DS – Aquisição e distribuição de kits psicológicos para todos(as) Psicólogos(as) do Poder Judiciário (DAS);

DS – Campanha contra do câncer de mama – Outubro Rosa:

DS – Campanha contra do câncer de mama – Novembro Azul:

DS – Contrato de fornecimento e aplicação de vacina antigripal

DS – Exame psicotécnico aos Juizes Substitutos em processo de Vitaliciamento (DAS);

DS – Envio de medicação para os colaboradores de todas as unidades judiciárias do Poder Judiciário (DAS);

DS – Prestar serviço de informação farmacêutica (DAS);

DS – Atender à solicitação de orçamento de medicamentos (DAS);

DS – Recebimento e destinação de medicamentos vencidos (DAS);

DS – Atendimento odontológico de emergência, preventivo e curativo aos magistrados e servidores ativos, com ênfase na profilaxia oral e nas restaurações dentárias. Além de orientações sobre higiene bucal (DAS);

DS – Atendimento de urgência/emergência na Seção de Pronto Atendimento (DAS);

DS – Elaboração de projeto básico para contratação de empresa especializada em serviços de manutenção corretiva e preventiva dos equipamentos odontológicos com reposição de peças (DAS);

DS – Prestação de serviço de atendimento médico móvel de urgência com cobertura em 14 áreas do Poder Judiciário;

DS – Prestação de serviços continuados de atendimento a primeiros socorros, abandono da edificação e desenvolvimento e aplicação de política preventivista de segurança contra incêndio e pânico nas dependências das Torres I e II do TJSC e Fórum Rid Silva (DPAS);

DS – Desenvolvimento de projeto para avaliação ergonômica do trabalho a fim de estabelecer parâmetros que permitam a adaptação das condições de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores, de modo a proporcionar um máximo de conforto, segurança e desempenho eficiente (DPAS);



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

DS – Avaliação de ambientes de trabalho a fim de levantar os riscos ambientais e os riscos associados ao trabalho para melhor adaptar o colaborador que possui limitações ao seu posto de trabalho (DPAS);

DS – Desenvolvimento de projetos e modernização tecnológica de mobiliário (DPAS);

DS – Avaliação e definição de novos equipamentos de proteção para magistrados e servidores (DPAS);

DS – Identificação dos equipamentos e mobiliários destinados ao grupo de trabalhadores que ficam fora da considerada média da população brasileira e catarinense, tendo como propósito a garantia de proteção do trabalhador (DPAS);

DS – Avaliação de Planilhas Antropométricas (DPAS);

DS – Disponibilização de Equipamentos de Proteção Ergonômica - EPE's e Equipamentos de Proteção Individual - EPI's (DPAS);

DS – Desenvolvimento de projeto básico para contratação de empresa especializada em serviços de medicina do trabalho para apresentação do Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho - LTCAT e Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA (DPAS);

DS – Desenvolvimento de projeto básico para contratação de empresa especializada em serviços de medicina do trabalho para realização de Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO (Exame Admissional, Periódico, Mudança de Função, Retorno ao Trabalho e Demissional) nos magistrados e servidores (DPAS).



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

4 RELATÓRIO DO PLANO DE AÇÕES DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL- PJSC/2018

O plano de ações de logística sustentável para 2018 alcançou 57 ações que contemplaram 14 das 16 categorias de indicadores, com exceção de telefonia e vigilância. As metas eleitas concentraram-se em grupos de indicadores de temas que ainda não haviam sido prestigiados por ações dentro do PLS- PJSC, como é o caso dos copos plásticos, água envasada, limpeza e combustível, que recobrem, principalmente, o inciso I do artigo 16, qual seja, o uso eficiente de insumos e materiais e de deslocamento.

A tabela abaixo apresenta as ações de logística sustentável para 2018 e a situação de cumprimento. Até 28 de agosto de 2018, do total de ações, 39 estavam em andamento, 9 foram realizadas e 9 foram excluídas do plano.

O andamento das ações será atualizado após o fechamento do ano-base, em 20 de dezembro do corrente, e enviado ao CNJ até 28 de fevereiro de 2019.

Tabela 3 Plano de ações e metas para 2018

| CATEGORIA | AÇÃO | META | SITUAÇÃO DE CUMPRIMENTO (ATÉ 28/8/2018) |
|-------------------------------------|---|--|---|
| Papel | Ação para uso racional de impressoras e de papel | 10 % de redução no consumo do papel para impressão | EM ANDAMENTO |
| Copos descartáveis | Avaliação da viabilidade de retirada de suporte de copos plásticos localizados nos setores internos do PJSC | 100% do relatório | EM ANDAMENTO |
| Copos descartáveis | Monitoramento do consumo de copos descartáveis para conscientização | Atingir 100% dos usuários do PJSC | EM ANDAMENTO |
| Água envasada em embalagem plástica | Ação de sensibilização para a redução do consumo de garra- | Atingir 100% dos usuários do PJSC | EM ANDAMENTO |



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

| | | | |
|-------------------------------------|---|--|--------------|
| | fas plásticas | | |
| Água envasada em embalagem plástica | Estudo da viabilidade de substituição de água mineral de 500 ml por água mineral em garrações de 20 l retornáveis | Reduzir em 10% o consumo de água mineral de 500 ml | EM ANDAMENTO |
| Impressão | Configuração das impressoras nos padrões econômicos de uso de toner | 100% das impressoras configuradas. | EM ANDAMENTO |
| Energia elétrica | Substituição de ar condicionado do tipo janelheiro por split nos gabinetes de magistrados dos fóruns com até 5 varas. | Substituir condicionadores de ar do tipo janelheiro por aparelhos do tipo split em 100% dos gabinetes de magistrados dos fóruns com até 5 varas. | EM ANDAMENTO |
| Energia elétrica | Avaliação pós-ocupação da cobertura verde. | Elaborar 100% do relatório quanto aos aspectos observados na instalação e manutenção das coberturas verdes nos fóruns de Gaspar, Navegantes e Canoíhas. | EM ANDAMENTO |
| Água e esgoto | Elaboração de relatório quanto à situação da conexão à rede pública de esgoto das edificações do PJSC (DEA). | Elaborar 100% do relatório. | EM ANDAMENTO |
| Gestão de resíduos | Realização de chamadas públicas com vistas ao credenciamento de organizações não governamentais e associações ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis | 100% dos Fóruns das comarcas em cujos municípios houver entes licenciados junto aos órgãos ambientais competentes para atividades de triagem de resíduos recicláveis - classe II e que possuam infraestrutura própria e adequada para realizar a coleta, o transporte, a | EM ANDAMENTO |



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

| | | | |
|--------------------|--|---|---------------|
| | | triagem e a destinação dos resíduos coletados. | |
| Gestão de resíduos | Implantação do Plano de Gestão de Resíduos Sólidos nos fóruns de SC - Fase 2 | 100% das comarcas que não possuem coleta seletiva implantada pelo Município | EM ANDAMENTO |
| Gestão de resíduos | Implantação do novo modelo de contratação de serviço regular e contínuo de coleta de bens apreendidos em processos judiciais, de bens permanentes e materiais de consumo inservíveis, e de documentos sigilosos. | 100% dos fóruns das comarcas e unidades do TJSC. | REALIZADA |
| Gestão de resíduos | Viabilização do controle de peso dos resíduos destinados à coleta seletiva solidária | 100% dos Fóruns das comarcas e unidades do TJSC | EM ANDAMENTO |
| Gestão de resíduos | Implantação de bomba de 50 litros para acondicionar com segurança os objetos apreendidos | 100% dos Fóruns das comarcas e unidades do TJSC | EM ANDAMENTO |
| Gestão de resíduos | Contratação de serviços de compostagem na Grande Florianópolis Litoral Norte e Extremo Sul | 100% dos fóruns e unidades da Grande Florianópolis, Litoral Norte e Extremo Sul. | NÃO REALIZADA |
| Gestão de resíduos | Publicação da Resolução de Bens Apreendidos | 100% das etapas de publicação de legislação interna. | EM ANDAMENTO |
| Gestão de resíduos | Introdução da destinação ambientalmente adequada dos resíduos de construção civil - RCC nas contratações de elaboração de projetos e orçamentação de obras de construção e re- | Incluir a exigência de apresentação de estudo quanto à destinação ambientalmente adequada dos resíduos de construção civil - RCC em 100% das contratações de elaboração de projetos do tipo "pacote | EM ANDAMENTO |



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

| | | | |
|-------------------|---|--|---------------|
| | forma (DEA). | fechado" a serem encaminhadas para licitação em 2018. | |
| Reformas | Instalação/ampliação de bicicletários (DEA). | Atingir o número de 62 prédios com bicicletários ou instalar bicicletário em 15 prédios. | EM ANDAMENTO |
| Limpeza | Avaliação da possibilidade de adquirir produtos de limpeza biodegradáveis | Atingir 50% dos produtos adquiridos | EM ANDAMENTO |
| Limpeza | Campanha para uso racional de papel toalha | 10 % de redução no consumo do papel toalha | EM ANDAMENTO |
| Limpeza | Revisão da capacidade das embalagens dos produtos de limpeza, copa e água mineral. | 20 % de redução no consumo dos materiais | EM ANDAMENTO |
| Veículos | Aquisição de veículos novos com opção em pagamento dos veículos usados | 10% dos veículos | NÃO REALIZADA |
| Combustível | Análise da viabilidade de utilizar combustíveis com maior custo-benefício, tendo em vista critérios de sustentabilidade | 10% da frota oficial abastecida com etanol em 2018 | NÃO REALIZADA |
| Combustível | Redução da quantidade de combustíveis consumidos | Reduzir em 5% o consumo de combustíveis | NÃO REALIZADA |
| Combustível | Estudo para implantação de rotas e horários fixos para a realização de serviços pela Secretaria do TJSC | 100% do estudo realizado | REALIZADA |
| Qualidade de Vida | Grupo de Prevenção e Administração do Stress | Atender 100% das solicitações de atendimento | NÃO REALIZADA |
| Qualidade de Vida | Atendimento individual aos servidores com nível de estresse ele- | Atender 100% das solicitações de atendimento | NÃO REALIZADA |



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

| | | | |
|-------------------|---|--|---------------|
| | vado | | |
| Qualidade de Vida | Curso sobre Assédio Moral no trabalho | Capacitar 100 % dos servidores envolvidos no atendimento, Assistentes Social, Psicólogos e Médicos da DS e DGP | REALIZADA |
| Qualidade de Vida | Semana da Saúde | Atender 100% do público alvo | NÃO REALIZADA |
| Qualidade de Vida | Fornecimento e aplicação da vacina antigripal em todas as unidades do Poder Judiciário Catarinense | Atender 100% do público alvo | REALIZADA |
| Qualidade de Vida | Campanha contra o câncer de mama - Outubro Rosa | Realizar campanha preventiva | EM ANDAMENTO |
| Qualidade de Vida | Campanha contra o câncer de próstata - Novembro Azul | Realizar campanha preventiva | EM ANDAMENTO |
| Qualidade de Vida | Análise Ergonômica do Trabalho | Realizar AET em 200 postos de trabalho das Comarcas de Santo Amaro, Biguaçu e Pailhoça | NÃO REALIZADA |
| Qualidade de Vida | Orientação de Saúde e Segurança/Ergonomia ao Teletrabalhador | Atender 100% dos teletrabalhadores | REALIZADA |
| Qualidade de Vida | Implementação do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional -PCMSO 2017/2018; execução dos Exames Médicos Ocupacionais e emissão dos atestados ocupacionais | 100% dos magistrados e servidores do PJSC | EM ANDAMENTO |
| Qualidade de Vida | Implementação do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais 2017/2018 | 100% das Comarcas do Estado e prédios do Tribunal de Justiça | EM ANDAMENTO |
| Qualidade de | Monitoramento das | 100% dos servidores | REALIZADA |



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

| | | | |
|-------------------|--|--|---------------|
| Vida | vacinas ocupacionais dos servidores do PJSC prescritas cfme PCMSO | com prescrição | |
| Qualidade de Vida | Ginástica Laboral | Aplicar a GL em 200 servidores/magistrados nas Comarcas de Santo Amaro, Biguaçu e Palhoça semanalmente | NÃO REALIZADA |
| Qualidade de Vida | Aplicação do Programa de Desenvolvimento de Relações Interpessoais | Realizar o Programa em 2 comarcas no ano de 2018 | EM ANDAMENTO |
| Qualidade de Vida | Entrevistas de Lotação e Relotação de servidores na Secretaria do TJ | Realizar entrevistas com todos os convocados em concurso referentes à Secretaria do Tribunal de Justiça e com os servidores que solicitem relotação. | EM ANDAMENTO |
| Qualidade de Vida | Grupos Vivenciais | Realizar um grupo vivencial no ano de 2018 | EM ANDAMENTO |
| Qualidade de Vida | Programa de Acompanhamento do Desempenho | Promover o acompanhamento do desempenho com 10 servidores. | EM ANDAMENTO |
| Qualidade de Vida | Programa Bem-Estar no Trabalho | Realizar 5 edições do Programa Bem-Estar no Trabalho para 30 servidores | EM ANDAMENTO |
| Qualidade de Vida | Programa de Preparação para a Aposentadoria | Realizar 2 edições do Programa de Preparação para a Aposentadoria para 30 servidores | EM ANDAMENTO |
| Qualidade de Vida | Programa Rodízio de Funções | Realizar 2 edições do Programa Rodízio de Funções | EM ANDAMENTO |
| Qualidade de Vida | Homenagem aos servidores aposentados | Elaborar cartões de homenagem aos aposentados a todos os | EM ANDAMENTO |



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

| | | | |
|------------------------------|--|--|--------------|
| | | servidores que se aposentarão no ano de 2018 | |
| Qualidade de Vida | Programa de Melhoria do Clima Organizacional | Aplicar o Programa de Melhoria do Clima Organizacional em 3 unidades de trabalho (comarcas ou diretorias) | EM ANDAMENTO |
| Qualidade de Vida | Programa Olhares: Revelando talentos do Judiciário catarinense | Realizar uma edição do Programa Olhares | REALIZADA |
| Qualidade de Vida | Projeto Dicas | Publicar dicas mensais referentes a: Saúde, Português, Gestão e Informática. | EM ANDAMENTO |
| Qualidade de Vida | Cartões Virtuais - Datas marcantes | Atender 100% dos envios de cartão personalizado nos casos de licença paternidade, licença gala, doação de sangue, licença adoção, licença gestação e licença nojo. | EM ANDAMENTO |
| Qualidade de Vida | Diagnósticos diversos | Realizar diagnóstico em três unidades no ano de 2018 | EM ANDAMENTO |
| Qualidade de Vida | Recadastramento de Aposentados | Recadastrar 100% dos aposentados que solicitarem o atendimento no ano de 2018. | EM ANDAMENTO |
| Qualidade de Vida | Atendimento Psicosocial | Atender 100% dos servidores que solicitarem apoio no ano de 2018. | EM ANDAMENTO |
| Qualidade de Vida | Teletrabalho | Possibilitar a participação de 100 servidores no programa. | REALIZADA |
| Capacitação e Sensibilização | Capacitação sobre a destinação de bens | 100% das Secretarias de Foro | EM ANDAMENTO |



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

| | | | |
|---|--|---|--------------|
| Socioambiental | apreendidos, por meio de vídeo e/ou apostila educativos com instruções | | |
| Capacitação e Sensibilização Socioambiental | Divulgação dos pontos de coleta de óleo de cozinha usado | 100% dos servidores da Grande Florianópolis | REALIZADA |
| Capacitação e Sensibilização Socioambiental | Capacitação para a gestão de resíduos e coleta seletiva | 100% dos servidores das comarcas que tiveram implantação de coleta seletiva | EM ANDAMENTO |

Apresenta-se, a seguir, o relatório parcial de desempenho das ações de 2018 organizado a partir das categorias de indicadores: papel, copos descartáveis, água envasada em embalagem plástica, impressão, telefonia energia elétrica, água e esgoto, gestão de resíduos, reformas, limpeza, vigilância, veículos, combustível, qualidade de vida e capacitação socioambiental.

4.1 PAPEL

| | |
|---|--|
| Ação | Campanha para uso racional de impressoras e de papel |
| Meta | 10% de redução no consumo de papel para impressão |
| Objetivo | Diminuir o impacto ambiental e econômico do consumo do material. |
| Responsabilidade | SGS/DTI/DMP |
| Indicadores (Glossário, 1ª edição) | Grupo 2, indicadores 2.1 a 2.10 |
| Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ) | I - uso eficiente de insumos e materiais considerando, inclusive, a implantação do PJe e a informatização dos processos e procedimentos administrativos; |

Em andamento.

A Diretoria de Material e Patrimônio, no primeiro semestre de 2018, realizou o acompanhamento mensal do consumo de papel A4, de modo que o total de resmas distribuídas no primeiro semestre de 2018 totalizou 33.530 resmas, representando média de 5.588 resmas ao mês. O mesmo período de 2017 apresentou uma



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

média mensal de 6.178 resmas, logo, observou-se uma redução de 9,55%, quase atingindo a meta definida de 10%.

A Diretoria de Tecnologia da Informação, neste sentido, empreendeu as ações seguintes:

- a) Orientação aos usuários para o uso o recurso de impressão frente/verso;
- b) Orientação aos Técnicos de Suporte de Informática e usuários para configurarem as impressoras no modo "rascunho", visando à economia de toner;
- c) 100% de autuação de novos processos judiciais de primeiro e segundo grau por meio eletrônico;
- d) 96.16% de autuação de processos administrativos em meio eletrônico, o que representa evolução em relação ao percentual de 95% levantado no ano de 2017;
- e) Ampliação da digitalização de processos no primeiro grau de Jurisdição, ordenada por meio da Resolução Conjunta n. 6/2016- GP/CGJ, que instituiu o Programa Estadual de Digitalização de Processos nas Unidades Judiciárias do Primeiro Grau; e
- f) monitoramento mensal do consumo de papel.

A Secretaria de Gestão Socioambiental mantém à disposição o material informativo de campanha institucional publicado em <https://www.tjsc.jus.br/web/gestao-socioambiental/campanhas/pense-ambiente/papel>.

As ações relacionadas a configurações das impressoras, assinaturas de e-mail com menção a evitar impressão e sistema de acompanhamento com sinalização de unidades que tenham apresentado desvio de padrão de consumo são de competência da DTI e da DMP.

4.2 COPOS

| | |
|-------------|---|
| Ação | Avaliar a viabilidade de retirada de suporte de copos plásticos localizados nos setores internos do PJSC |
| Meta | Realizar 100% da avaliação |
| Objetivo | Diminuir o impacto ambiental e econômico do consumo do ma- |



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

| | |
|---|--|
| | terial |
| Responsabilidade | DIE |
| Indicadores (Glosário, 1ª edição) | Grupo 2, indicadores 2.1 a 2.10 |
| Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ) | I - uso eficiente de insumos e materiais considerando, inclusive, a implantação do PJe e a informatização dos processos e procedimentos administrativos; |

Em andamento.

No intuito de avaliar a viabilidade de retirada de suporte de copos plásticos nos setores internos, está sendo realizada coleta de informações para verificar o consumo de copos plásticos, bem como o quantitativo de bebedouros e sua localização (área comum ou ambiente interno) nas comarcas e nas demais unidades do Poder Judiciário.

No âmbito da Secretaria de Gestão Socioambiental ficou registrada que a ação que é objeto do processo administrativo n. 10212/2015, referente à análise dos 10 itens de materiais de consumo que mais oneram o erário.

| | |
|---|--|
| Ação | Monitorar o consumo de copos descartáveis |
| Meta | Reduzir em 10% o consumo de copos descartáveis |
| Objetivo | Diminuir o impacto ambiental e econômico do consumo do material |
| Responsabilidade | DIE - DMP |
| Indicadores (Glosário, 1ª edição) | Grupo 2, indicadores 2.1 a 2.10 |
| Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ) | I - uso eficiente de insumos e materiais considerando, inclusive, a implantação do PJe e a informatização dos processos e procedimentos administrativos; |

Conforme informações prestadas pela Divisão de Almojarifado (doc. 322939/2018 – SPA 22870/2018), no primeiro semestre de 2018, a DMP realizou acompanhamento mensal do consumo de copos plásticos, de modo que o total de copos distribuídos no primeiro semestre de 2018 incorreu em 282 caixas com 2.500 copos de 180 ml e 616 caixas com 3.000 copos de 110 ml, totalizando 2.553.000 copos plásticos, média mensal de 425.500 copos. O mesmo período de 2017 apresen-



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

tou uma média mensal de 451.333 copos. Logo, observou-se uma redução de apenas 5,72%. A tabela abaixo ilustra o consumo:

| Material | Unidades | Colaboradores: magistrados, servidores, residentes, estagiários, cedidos. | 1º Semestre de 2017 | 1º Semestre de 2018 | Redução/Acréscimo |
|----------------|---|---|---|---|-------------------|
| Copo de 180 ml | TJ (torres I e II), UPC, Academia Judicial, Disvão de Arquivo, Divisão de Artes Gráficas, Divisão de Almoxarifado e Patrimônio, Anita Garibaldi*. | 3.097 | 272 caixas com 2.500 unidades = 680.000 unidades | 282 caixas com 2.500 unidades = 695.000 unidades | + 2,2% |
| Copo de 110 ml | Demais unidades | 7.843 | 676 caixas com 3.000 unidades = 2.028.000 unidades | 616 caixas com 3.000 unidades = 1.848.000 unidades | - 8,87% |
| TOTAL | | 10.940 | 2.708.000 (451.333 copos/mês) | 2.553.000 (425.500 copos/mês) | - 5,72% |

*Unidades incluídas no projeto piloto de implementação dos poupa copos.

Com base no quantitativo total, verifica-se que não foi atingida a meta de redução do consumo inicialmente estabelecida (10%). Contudo, surpreendentemente, as unidades não incluídas no projeto piloto de implementação dos poupa copos tiveram redução de 8,87% no consumo dos copos, ou seja, a meta proposta quase foi atingida nessas comarcas. Por outro lado, as unidades incluídas no projeto piloto, tiveram um acréscimo de 2,2%.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

Deve ser levado em consideração que os copos descartáveis não se destinam apenas aos servidores, mas a todo público externo que utiliza as dependências do Poder Judiciário. Assim, é importante que sejam coletados dados mais precisos a respeito de como se dá o consumo desse material em cada unidade, a fim de auxiliar a tomada de decisão a respeito das medidas que deverão ser adotadas doravante. Para ilustrar, considerando apenas o número de colaboradores do Poder Judiciário, tem-se que o consumo médio de copos no 1º semestre de 2018 é de aproximadamente 224,41 copos/servidor nas unidades da secretaria do Tribunal e de 235,62 copos/servidor nas demais unidades.

Abaixo, consta tabela ilustrativa do consumo cada uma das unidades da Secretaria do Tribunal de Justiça incluídas no projeto piloto de implementação dos poupa-copos:

| Unidades | Colaboradores | 1º Semestre de 2017 | 1º Semestre de 2018 | Redução/Acréscimo |
|-----------------------------------|---------------|-------------------------|-------------------------|-----------------------------------|
| TJ - SEDE | 2.296 | 532.500 | 540.000 | + 1,40% |
| TJ -UPC | 563 | 50.000 | 62.500 | + 25% |
| Academia Judicial | 72 | 17.500 | 20.000 | + 14,28% |
| Anita Garibaldi | 56 | 12.500 | 20.000 | + 60% |
| Almoxarifado/ Patrimônio/ Gráfica | 59 | 35.000 | 22.500 | - 35,71% |
| | | 32.500 | 27.500 | - 15,38% |
| Arquivo | 51 | 0 | 2.500 | - |
| TOTAL | 3.097 | 680.000 unidades | 695.000 unidades | Acréscimo de aproximadamente 2,2% |

elos motivos expostos, a Comissão

estabeleceu necessidade de reforçar, ainda em 2018, especialmente nas unidades em que houve aumento do consumo (unidades da Secretaria do Tribunal), as ações voltadas à redução desse material, como: a realização de campanha para sensibilizar o público interno para o consumo consciente de materiais plásticos.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

4.3 ÁGUA ENVASADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA

| | |
|---|--|
| Ação | Realizar campanha de sensibilização para a redução do consumo de garrafas plásticas |
| Meta | Reduzir em 10% o consumo de copos descartáveis |
| Objetivo | Sensibilizar o público interno para o consumo consciente de materiais plásticos |
| Responsabilidade | DIE - SGS |
| Indicadores (Glosário, 1ª edição) | Grupo 2, indicadores 2.1 a 2.10 |
| Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ) | I - uso eficiente de insumos e materiais considerando, inclusive, a implantação do PJe e a informatização dos processos e procedimentos administrativos; |

Realizada.

Durante a VIII Semana do Meio Ambiente ocorreu ação de comunicação, em parceria com o restaurante La Vide, para sensibilizar sobre o consumo de plásticos.

| | |
|---|--|
| Ação | Estudar a viabilidade de substituição de água mineral de 500 ml por água mineral em garrafões de 20l retornáveis |
| Meta | Realizar 100% do estudo |
| Objetivo | Diminuir o impacto ambiental e econômico do consumo do material |
| Responsabilidade | DIE - SGS |
| Indicadores (Glosário, 1ª edição) | Grupo 2, indicadores 2.1 a 2.10 |
| Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ) | I - uso eficiente de insumos e materiais considerando, inclusive, a implantação do PJe e a informatização dos processos e procedimentos administrativos; |

Em andamento.

A ação foi contemplada no Pacote de Desburocratização e Modernização da Área Administrativa por meio da medida: descontinuação do fornecimento de itens não essenciais.

Inicialmente, no intuito de reduzir o consumo do material, a Divisão de Serviços Gerais-DIE reorganizou o serviço de copa, instituindo nova forma de atendimento em espaços coletivos. Em todas as salas de reuniões, em substituição às gar-



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

rafas descartáveis de 500ml, passou-se a utilizar jarras de vidro abastecidas com água provenientes de galões de 20l.

4.4 IMPRESSÃO

| | |
|--|--|
| Ação | Configuração das impressoras nos padrões econômicos de uso de toner |
| Meta | 100% das impressoras configuradas. |
| Objetivo | Redução da quantidade de equipamentos e insumos |
| Responsabilidade | Diretoria de Tecnologia da Informação |
| Indicadores (Glosário, 1ª edição) | Grupo 5, indicadores 5.1 a 5.6 |
| Tema (Art. 16 da Resolução 201/2015-CNJ) | I - uso eficiente de insumos e materiais considerando, inclusive, a implantação do PJe e a informatização dos processos e procedimentos administrativos; |

Em andamento.

As seguintes ações foram empreendidas pela Diretoria de Tecnologia da Informação neste sentido no primeiro semestre de 2018:

- a) Orientação aos Técnicos de Suporte de Informática e usuários para o uso do recurso de impressão frente/verso e para a configuração de impressoras no modo "rascunho";
- b) Sensibilização dos usuários para evitarem impressões desnecessárias, visando à economia de papel e toner;
- c) Realização de estudo técnico, que está em curso, para implantação de outsourcing de impressão.

4.5 TELEFONIA

Não houve ações listadas para este indicador em 2018.

4.6 ENERGIA ELÉTRICA

| | |
|------|---|
| Ação | Definição de critérios/restrições para redução das aquisições de ar condicionado do tipo janeleiro. |
| Meta | Substituir condicionadores de ar do tipo janeleiro por aparelhos do tipo Split em 100% dos gabinetes de magistrados dos |



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

| | |
|---|---|
| | fóruns com até 5 varas, em conformidade com as diretrizes previamente definidas pela DEA e ratificadas pelo CGENG. |
| Objetivo | Reduzir o consumo de energia elétrica no PJSC no que se refere aos sistemas de climatização, com aumento gradual do uso de Split. |
| Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ) | II - energia elétrica |
| Apuração (do indicador) | Semestral |

Em andamento.

Cabe ressaltar, de início, que para alcançar os resultados desta meta a Divisão de Manutenção Predial de 1º Grau/DMCO realizou, ainda no segundo semestre de 2017, as seguintes atividades para implantar a instalação de equipamentos do tipo Split em 100% dos gabinetes de magistrados dos fóruns com até 5 varas em 2018:

- Mapeamento dos fóruns a serem contemplados e planejamento de atendimento com cronograma de atividades;
- Levantamento dos patrimônios dos equipamentos janeliros a serem substituídos, para posterior procedimento de baixa; e
- Criação de SPA específico para cada unidade requisitante, incluindo as informações técnicas e o custo dos serviços.

Na meta prevista para 2018 foram priorizados os gabinetes de magistrados de fóruns com até 5 varas, tendo sido elaborado um cronograma para substituição de todos os equipamentos em um prazo de 1 (um) ano.

Após o mapeamento verificou-se a necessidade da troca de 93 (noventa e três) equipamentos janeliros em diversos fóruns de até 5 varas.

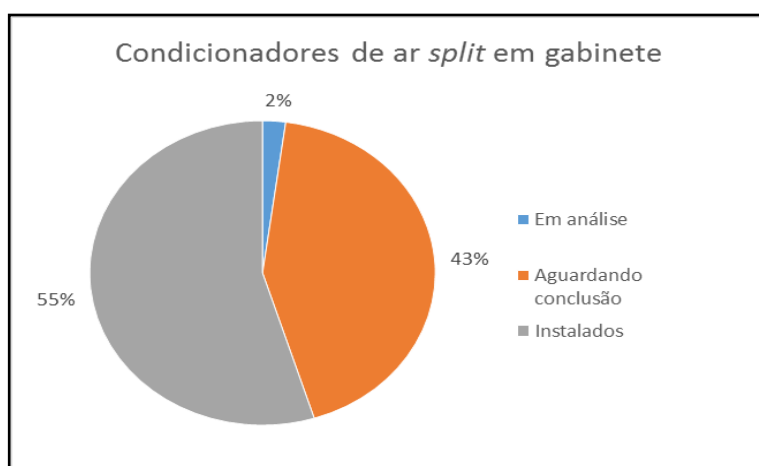
Importante destacar que, além desses casos, também são deferidos os pedidos de instalação de Split para ambientes de salas de audiências, CPD e situações críticas (como salas enclausuradas). Igual tratamento é dado também no caso de reformas e novas construções, onde são substituídos todos os equipamentos ou instalados novos.

Registra-se a seguir os resultados obtidos até julho de 2018:



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

| Meta- 2018 | 93 unidades | RELATÓRIO |
|--------------------|-------------------|---|
| Instalados | 51 unidades (55%) | Situação em que já foram realizadas as substituições dos equipamentos para o tipo Split |
| Autorizados | 40 unidades (43%) | Nesta etapa todo procedimento de análise técnica já foi concluído, encontra-se na fase de agendamento e execução dos serviços para troca dos equipamentos |
| Em análise | 2 unidades (2%) | Início do procedimento na Diretoria - DEA para verificação das intervenções necessárias, incluindo projetos de climatização e análises quanto à potência e localização da evaporadora e condensadora em relação as interferências no projeto arquitetônico e fachadas |



Analisando-se os dados apresentados, conclui-se que, do total, 98% das unidades previstas para substituição, 55% já foram instaladas e 43% estão autorizadas e aguardando agendamento, sendo que apenas 2% estão em análise, o que permite concluir que a DEA atingirá a meta dentro do prazo previsto.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

| | |
|---|--|
| Ação | Avaliação pós-ocupação da cobertura verde |
| Meta | Elaborar 100% do relatório quanto aos aspectos observados na instalação e manutenção das coberturas verdes nos fóruns de Gaspar, Navegantes e Canoinhas. |
| Objetivo | Apurar as vantagens e desvantagens da cobertura verde nos fóruns de Gaspar, Navegantes e Canoinhas, concluindo pela manutenção, modificação ou eliminação dessa diretriz nos novos projetos. |
| Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ) | II - energia elétrica |
| Apuração (do indicador) | Semestral |

Em andamento.

Cabe inicialmente informar que as obras do novo prédio da Comarca de Navegantes foram paralisadas no início de agosto/18, portanto a cobertura verde deste empreendimento não será avaliada neste momento, pois não há acompanhamento e dados confiáveis das manutenções que foram executadas pela construtora. Para tanto, em vistoria na obra em 02/08/2018 (figura 1), observou-se que a cobertura verde, instalada em março de 2017, está em bom estado mesmo sem as manutenções constantes. O sistema que foi executado na cobertura verde é do tipo Hidromodular (módulos Galocha) da marca Ecotelhado.





**ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

Figura 1 Cobertura verde – Foto: DEA Agosto/2018

Em relação aos prédios dos fóruns da comarca de Gaspar e Canoinhas, conforme vistorias e acompanhamentos da Secretaria do foro e dos profissionais da DEA, a cobertura vegetal está apresentando resultados bem satisfatórios e dentro das expectativas e do propósito do sistema construtivo que, além de agregar valor estético, os telhados contribuem para melhorar a qualidade do ar, diminuindo a poluição, e minimizam o efeito das ilhas de calor nos centros urbanos. Ainda não foi possível avaliar a cobertura como isolante térmico, sendo que a medição deverá advir de vários levantamentos de dados, incluindo os meses mais frios e o de calor mais intenso. Adiantamos que a cobertura verde melhora, principalmente, o desempenho da manta de impermeabilização, tendo em vista que não há contato direto dos raios solares com a laje impermeabilizada.

Foram utilizados sistemas construtivos diferenciados nos prédios de Gaspar e Canoinhas, assim será possível avaliar os prós e contras de cada sistema adotado na construção, visando as próximas obras e projetos do Poder Judiciário.

Em Gaspar, foi utilizado o sistema Hidromodular da marca Ecotelhado, constituído por módulos pré-vegetados com substrato e apoiada sobre a laje impermeabilizada (figura 2).

A vegetação plantada, Boldo Miúdo, é de porte baixo, perene, requer baixa manutenção e possui grande poder de resistência. Verificou-se que o módulo Galocha da Ecotelhado (figura 3) permite armazenar mais água na bandeja, diminuindo a necessidade de rega periódica. A comarca rega a cada 20 dias e utiliza o adubo da marca Busche & Leper e substrato sacaria terra adubada.

A orientação do fabricante, em caso de estiagem prolongada ou pouca precipitação pluviométrica, é que o sistema seja irrigado a cada semana para que a vegetação se mantenha viva. Em caso de vegetação com cor amarelada, deve-se adubar com substrato vegetal leve e irrigar frequentemente, após a adubação. Em



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

caso da vegetação com aparência seca e enrugada, deve-se irrigar, de forma uniforme, até seu restabelecimento.

Observou-se em Gaspar que a vegetação não resistiu apenas às áreas sombreadas (beiras e sombreamento de outros pavimentos), assim, recomenda-se a utilização de materiais sólidos e resistentes, como por exemplo, os seixos naturais ou argila expandida.

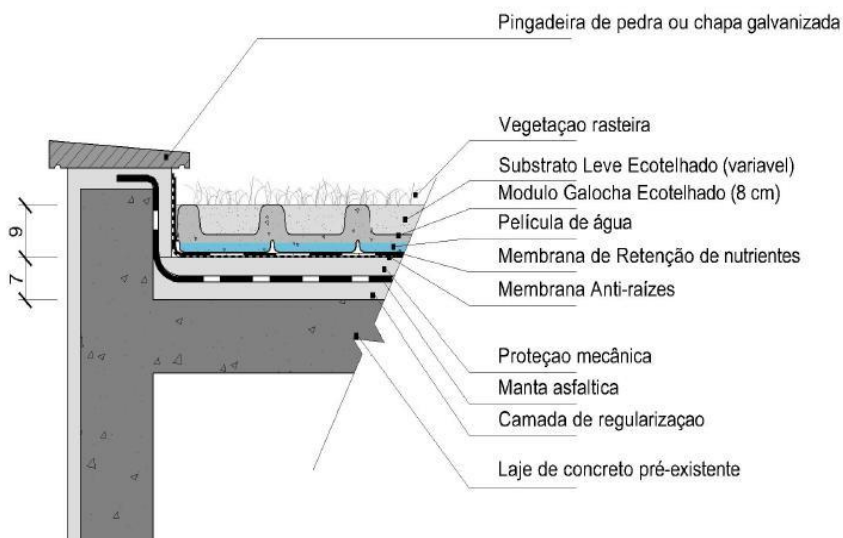


Figura 2 - Detalhe do sistema construtivo





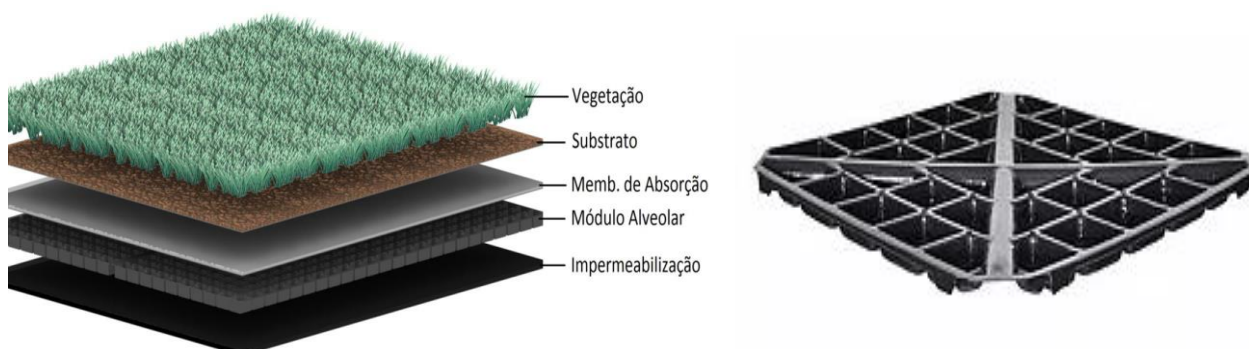
Figura 3 - Detalhe do módulo Galocha Hidromodular



Figura 4 Cobertura verde – Foto: DFISC Julho/2018

Em Canoinhas, foi utilizado o sistema Alveolar Leve – Vivo Flat 17L, da marca Studio Cidade Jardim (figura 5), sobre a laje impermeabilizada. A membrana alveolar é de plástico flexível e composta de polietileno de alta densidade (figura 6).

Vários tipos de vegetação gramíneas e arbustos foram plantadas na cobertura, de porte baixo. Verificou-se que o módulo Alveolar não permite armazenar muita água na bandeja, aumentando a necessidade de rega periódica de uma a duas vezes por semana, de acordo com as condições climáticas. O corte da grama é realizado uma vez ao mês e requer manutenção rotineira como qualquer outro jardim do prédio (figura 7).





**ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

Figura 5 - Detalhe do sistema construtivo do Alveolar

Figura 6 - Detalhe do mó-



Figura 7 - Cobertura verde – Foto: Comarca Julho/2018

Observou-se que nas áreas sombreadas da cobertura (beirais do prédio) a vegetação também não resistiu, assim será recomendado a utilização de materiais sólidos e resistentes, como por exemplo, os seixos naturais ou argila expandida.

Percebe-se, em geral, que a cobertura verde, além do conceito da construção sustentável, é uma proposta viável em prédios públicos e com custos baixíssimos, sem necessidade de grandes tecnologias para manutenção e conservação.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

Por fim, constata-se que será necessário um prazo mínimo de 5 anos para que se possa averiguar a cobertura verde com relação às eventuais patologias do sistema utilizado, decorrentes do tempo de uso, manutenção predial e das condições climáticas.

4.7 ÁGUA E ESGOTO

| | |
|---|--|
| Ação | Elaborar relatório quanto à situação da conexão à rede pública de esgoto das edificações do PJSC (DEA). |
| Meta | Elaborar 100% do relatório |
| Objetivo | Acompanhar o aprimoramento do sistema de tratamento de efluentes das edificações do PJSC. |
| Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ) | III - água e esgoto |
| Apuração (do indicador) | Anual |

Em andamento.

No levantamento de dados da meta foram consideradas as edificações em que as obras e adequações para ligações à rede de esgoto foram concluídas até julho de 2018 e as que estão em fase de execução, licitação, contratação ou aguardando o início de obra, assim sendo:

| Comarca | Concessionária responsável | Status | SPA |
|-------------------------------|----------------------------|--|------------|
| JOINVILLE | Águas de Joinville | Executado | 21927/2016 |
| BRAÇO DO NORTE | Casan | Obra em andamento | 18652/2018 |
| BLUMENAU (FÓRUM UNIV.) | Odebrecht Ambiental | Projeto concluído. Obra será realizada na reforma do prédio. Data prevista para execução da ligação na rede pública: início de 2019 | 12465/2015 |
| INDAIAL | Casan | Projeto concluído. Em fase | 28336/2016 |



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

| | | | |
|-------------------------------|--------------------|--|------------------|
| | | de licitação para execução da obra. | |
| JOINVILLE - FAZENDÁRIO | Águas de Joinville | Projeto concluído. Em fase de licitação para execução da obra. | 467/2015 |
| LAGES | Semasa Lages | Projeto concluído. Previsto na obra de reforma | PA 479902.2012.0 |
| PONTE SERRADA | Casan | Previsto na obra de reforma | 7661/2016 |
| ITAPOÁ | Casan | Obra da rede pública de coleta de esgoto, em execução. Previsão: final de 2018 | - |
| XANXERÊ | Casan | Obra da rede pública de coleta de esgoto, em execução. Previsão: final de 2018 | - |

Observa-se na tabela que as demandas que envolvem contratação de projetos de engenharia, gerenciados pela Divisão de Projetos/DPRO, já foram concluídas na sua totalidade. Ressalta-se que as ligações de esgotos à rede pública dependem, muitas vezes, da elaboração de projeto específico nos serviços mais complexos, necessitando a contratação de escritórios de engenharia para detalhamento, projetos e orçamentação dos serviços necessários.

A DPRO apontou que os projetos de engenharia, quando complexos, estão levando em média 12 (doze) meses para serem concluídos. O prazo inclui a elaboração do projeto, memorial descritivo e planilha de quantitativo e orçamentária, além das etapas da análise do material realizados pela Diretoria de Engenharia e Arquitetura – DEA.

Os projetos executivos apresentados pelas concessionárias de água (Casan, Águas de Joinville e outros) muitas vezes apresentam cotas de níveis e a localização da rede diferentes das executadas nas vias públicas, prejudicando a avaliação pela DEA das interferências necessárias e definição da melhor solução técnica, dificultando assim, as execuções por parte das obras do PJSC.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

Cabe reforçar que vários municípios ainda não dispõem de rede pública de tratamento de esgoto, desta forma a DEA tem dificuldades de elaborar um planejamento organizado para esta demanda. Ressalta-se que os projetos de ligação à rede de esgoto são atendidos por meio de comunicação ou notificação da concessionária de água ou quando da elaboração de projetos para reforma e/ou nova construção previstos na DEA.

Por fim, destaca-se que dos 59 municípios que possuem a estrutura de rede de esgoto, segundo levantamento efetuado pela Divisão de Projetos/DPRO, atualmente há 31 (trinta e um) prédios estão devidamente ligados à rede pública de esgoto, representando 52% do total. Os demais prédios são atendidos por Estação de Tratamento de Efluentes - ETE próprias ou por fossas sépticas.

4.8 GESTÃO DE RESÍDUOS

| | |
|---|---|
| Ação | Realização de chamadas públicas com vistas ao credenciamento de organizações não governamentais e associações ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis |
| Meta | 100% dos Fóruns das comarcas em cujos municípios houver entes licenciados junto aos órgãos ambientais competentes para atividades de triagem de resíduos recicláveis - classe II e que possuam infraestrutura própria e adequada para realizar a coleta, o transporte, a triagem e a destinação dos resíduos coletados |
| Objetivo | Realização de chamadas públicas com vistas ao credenciamento de organizações não governamentais e associações ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis aptas a realizar a coleta dos resíduos recicláveis - classe II, nos fóruns das comarcas em cujos municípios houver entes licenciados junto aos órgãos ambientais competentes mediante assinatura de Termo de Cooperação |
| Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ) | IV – gestão de resíduos |

Em andamento.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

Em 2018 se concretizou a aplicação do projeto-piloto que foi objeto do edital de chamamento público de credenciamento n. 70/2017, disponível em <https://www.tjsc.jus.br/editais-de-cadastro-credenciamento>, vigente até 07/06/2022, que culminou no convênio n. 115/2017, firmado com a ACMR – Associação de Coletores de Materiais Recicláveis de Florianópolis, e contemplou todas as unidades do TJSC e Fóruns instalados na Comarca da Capital. O objeto do processo administrativo n; 20206/2017 foi estendido de forma a abranger 100% dos Fóruns das comarcas, o qual se encontra em fase final de revisão do edital para publicação e deverá ensejar a publicação tempestiva de forma a viabilizar o cumprimento da meta estabelecida.

| | |
|---|---|
| Ação | Implantação do Plano de Gestão de Resíduos Sólidos nos fóruns de SC - Fase 2 |
| Meta | 100% das comarcas que não possuem coleta seletiva implantada |
| Objetivo | Concluir a implantação do Plano de Gestão de Resíduos Sólidos dos fóruns de SC |
| Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ) | IV – gestão de resíduos |

Em andamento.

Em 2018 foi priorizado o atendimento das demandas dos fóruns instalados em municípios nos quais não há coleta seletiva operada pelo serviço público municipal, de forma a viabilizar o cumprimento da meta, no tocante à destinação adequada dos resíduos recicláveis em 100% dos fóruns, já no primeiro semestre, restando para o segundo semestre/2018, para conclusão da fase 2 do Plano de Gestão de Resíduos Sólidos nos fóruns de SC, a realização das visitas técnicas, visando ações conjuntas em parceria com as secretarias dos fóruns, com ênfase nas oportunidades de melhorias na separação nos ambientes internos e na destinação dos resíduos gerados, sendo que foi cumprido o objetivo integralmente em dezoito unidades, sendo Itaiópolis, Acurra, Rio do Oeste, Campo Belo do Sul, Curitibanos, Santa Cecília, Lebon Régis, Tangará, Capinzal, Catanduvás, Herval d'Oeste, Campos Novos, São Carlos, Mondaí, Anchieta, Cunha Porã, Modelo, e Maravilha, restando para conclusão e



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

cumprimento da meta as visitas nas Comarcas de Papanduva, Porto União, Ibirama, Presidente Getúlio, Rio do Sul, Concórdia, Ipumirim, Itá, Chapecó, Palmitos, Itapiranga, Descanso, São Miguel do Oeste, São José do Cedro, Dionísio Cerqueira, Pinhalzinho, e Capital (todos exceto Norte da Ilha).

| | |
|---|---|
| Ação | Implantar o novo modelo de contratação de serviço regular e contínuo de coleta de bens apreendidos em processos judiciais, de bens permanentes e materiais de consumo inservíveis, e de documentos sigilosos |
| Meta | 100% dos fóruns das comarcas e unidades do TJSC |
| Objetivo | Os projetos básicos apresentados trataram de bens apreendidos em processos judiciais, e que tiveram a destruição determinada pelo juízo competente, de bens permanentes e materiais de consumo inservíveis, que tiveram a inutilização determinada pela autoridade competente, e de documentos sigilosos e/ou processos findos, que precisam passar por processos seguros de fragmentação |
| Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ) | IV – gestão de resíduos |

Realizada.

Em julho de 2018 se concretizaram com sucesso os procedimentos licitatórios respectivos, resultando nos contratos 90/2018, 92/2018, 93/2018, 113/2018, 114/2018, e 117/2018, viabilizando o cumprimento integral da meta estabelecida, contemplando 100% dos fóruns e unidades do TJSC com a prestação de serviço contínuo de coleta de bens apreendidos em processos judiciais, de bens permanentes e materiais de consumo inservíveis e de documentos sigilosos, compreendendo a coleta nos locais definidos, a pesagem, o transporte rodoviário, a destruição dos bens apreendidos em processos judiciais, a inutilização de bens permanentes e materiais de consumo inservíveis, a fragmentação de documentos sigilosos e a destinação final adequada à legislação ambiental dos resíduos resultantes desses processos.

| | |
|-------------|--|
| Ação | Viabilizar controle de peso dos resíduos destinados à coleta seletiva solidária |
| Meta | 100% dos fóruns das comarcas e unidades do TJSC |



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

| | |
|---|---|
| Objetivo | Obter informações sobre o peso da coleta dos resíduos recicláveis nas comarcas em que haja coleta seletiva municipal em funcionamento, nos moldes do projeto implantado nas Comarcas de Criciúma e Forquilha. |
| Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ) | IV – gestão de resíduos |

Em andamento.

No primeiro semestre de 2018 se concretizaram as contratações para a destinação adequada dos resíduos recicláveis em 100% das unidades, viabilizando a pesagem dos resíduos nos fóruns com coletas contratadas pelo TJSC, e a pesagem dos resíduos foi inserida pela DGP, em 2018, mediante aditivo, nas atribuições dos zeladores relacionadas no contrato respectivo. Para viabilidade do controle gerencial e monitoramento do volume coletado em todos os fóruns, será necessário adquirir balanças para as unidades restantes, o que deverá ocorrer somente no segundo semestre de 2018, a partir da conclusão do projeto básico e da licitação anual para aquisição dos materiais da coleta seletiva.

| | |
|---|--|
| Ação | Implantar nos fóruns o uso de bombona de 50 litros para acondicionar com segurança os objetos apreendidos; |
| Meta | 100% dos fóruns das comarcas e unidades do TJSC |
| Objetivo | Garantir o armazenamento dos bens apreendidos com segurança, por meio do uso de bombona com sistema de fechamento; |
| Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ) | IV – gestão de resíduos |

Em andamento.

As comarcas foram reiteradamente instadas a fazer a solicitação do material à SGS no catálogo eletrônico de materiais disponível em <https://www.tjsc.jus.br/ambiental>. A quantidade distribuída e o estoque remanescente permitem a utilização por 100% das unidades, ensejando o cumprimento da meta estabelecida, e o rigor na observância dos critérios estabelecidos deverá se intensificar, com fomento da utilização das bombonas, a partir da publicação da resolução objeto do processo administrativo n. 2480/2017.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

| | |
|---|---|
| Ação | Dar andamento à contratação de serviços de compostagem na Grande Florianópolis Litoral Norte e Extremo Sul |
| Meta | 100% dos fóruns e unidades da Grande Florianópolis, Litoral Norte e Extremo Sul |
| Objetivo | Os projetos básicos apresentados trataram de bens apreendidos em processos judiciais, e que tiveram a destruição determinada pelo juízo competente, de bens permanentes e materiais de consumo inservíveis, que tiveram a inutilização determinada pela autoridade competente, e de documentos sigilosos e/ou processos findos, que precisam passar por processos seguros de fragmentação |
| Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ) | IV – gestão de resíduos |

Não realizada.

Não há previsão de cumprimento.

A meta que visava estender as coletas a 100% das unidades na grande Florianópolis restou frustrada a partir do retrocesso do mercado regional que culminou na rescisão do contrato n. 129/2015, inviabilizando também, por ora, as coletas nas unidades instaladas no litoral norte e no extremo sul. Os processos administrativos n. 31216/2016 e 20348/2017 foram sobrestados e aguardam a evolução do mercado para retomada dos objetivos pretendidos.

| | |
|---|---|
| Ação | Publicar a Resolução de Bens Apreendidos |
| Meta | 100% da implantação |
| Objetivo | Permitir a padronização dos procedimentos de coleta de bens apreendidos, em consideração aos dispositivos legais que regem o tema |
| Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ) | IV – gestão de resíduos |

Em andamento.

O projeto é objeto do processo administrativo n. 2480/2017, a minuta da resolução foi aprovada pela Corregedoria Geral de Justiça e pelo Gabinete da Presidência, e o processo foi encaminhado à Secretaria Técnica de Elaboração Normati-



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

va para as providências necessárias à publicação da resolução (documento n. 254818/2018).

| | |
|---|--|
| Ação | Introduzir a destinação ambientalmente adequada dos resíduos de construção civil – RCC nas obras. |
| Meta | Incluir a exigência de apresentação de estudo quanto à destinação ambientalmente adequada dos resíduos de construção civil - RCC em 100% das contratações de elaboração de projetos do tipo "pacote fechado" a serem encaminhadas para licitação em 2018. |
| Objetivo | Viabilizar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil nas obras do Poder Judiciário de Santa Catarina, de forma estruturada e considerando seus custos. Incluir a exigência de apresentação de estudo quanto à destinação ambientalmente adequada dos resíduos de construção civil - RCC em todas as contratações de elaboração de projetos do tipo "pacote fechado" a serem encaminhadas para licitação em 2018. |
| Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ) | IV – gestão de resíduos |
| Apuração (do indicador) | Anual |

Em andamento.

O descarte de resíduos da construção civil (RCC) em áreas impróprias ainda é comum nos municípios brasileiros, o que acarreta impactos ambientais diversos.

A Diretoria de Engenharia e Arquitetura – DEA incluiu em todas as novas contratações de 2018, a exigência para apresentação de plano de gerenciamento (PGRCC) quanto à destinação adequada dos resíduos de construção civil – RCC, conforme a IN nº 01/2010 da SLTI/MPOG e nas condições determinadas pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, por meio da Resolução nº 307, de 5 de julho de 2002.

Os projetos executivos que foram incluídos para apresentação do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil -PGRCC são dos fóruns das seguintes comarcas:



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

- Construção novo prédio – Curitibaanos, Rio Negrinho, Araquari, Campos Novos, São Lourenço d'Oeste, Rio d'Oeste e Garuva;
- Reforma – Itapoá e Balneário Camboriú (Fórum de Família);
- Reforma com ampliação – Santa Rosa do Sul e Taió.

As orientações e exigências solicitadas no edital para o manejo e destinação ambientalmente adequados, de todos os resíduos gerados durante a obra a serem executadas, foram:

- Classificação e quantificação dos resíduos gerados em todas as etapas construtivas, conforme Resolução CONAMA nº. 307;
- Planilhas com registro das etapas, do momento da geração até o armazenamento final do resíduo na obra e do controle da saída de resíduos do canteiro de obras para o local de destinação final;
- Projeto do canteiro de obras. Para cada resíduo a ser inserido na planilha, deverá ser previsto seu local de armazenamento inicial, ou seja, a partir do momento em que cada tipo de resíduo for gerado, todo o seu fluxo/movimentação, até o local de destinação final, deverá estar separado dos demais. A lógica a ser utilizada deverá ser a da segregação na fonte, ou seja, separar os resíduos na fonte geradora, para não haver retrabalho de separação/triagem, posteriormente. Para que esta etapa obtenha os resultados esperados, deve-se priorizar a separação na hora da limpeza e/ou local de sua geração. Disponibilizar a infraestrutura de suporte ao armazenamento final do resíduo, na obra. Priorizar a utilização de sobras de materiais da própria obra, como madeiras, tapumes entre outros, pensando na importância e no impacto que o aspecto visual deverá causar. Sinalizar o PGRCC com placas educativas que tragam informações e estratégias de motivação do funcionário, bem como a sinalização das baias e contêineres com a respectiva classe de resíduo;



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

- Considera-se adequado o local que permite: fácil acesso, tanto para chegada como para saída desse resíduo na obra; atende aos aspectos de segurança ocupacional e não interfere na rotina do canteiro. Esses locais devem ser planejados, considerando as especificidades de cada tipo de resíduo;
- Uma vez gerado e separado, prever a melhor maneira de movimentação interna, para cada tipo de resíduo, do local de geração até o local de armazenamento final na obra;
- O acondicionamento adequado dos resíduos desde a sua geração até o seu transporte, de forma a assegurar a reutilização e a reciclagem;
- A forma de transporte dos resíduos em conformidade com as etapas anteriores e de acordo com as normas técnicas vigentes;
- A destinação final, de acordo com a Resolução CONAMA nº 307 (por Classes de resíduos).

Desta forma, as rotinas a serem introduzidas nos canteiros devem garantir as condições para que as ações de segregação e armazenamento possam ser realizadas de forma eficaz, permitindo que os resíduos possam ser coletados, seletivamente, e transportados conforme a classe dos resíduos, para os locais de destinação adequados.

4.9 REFORMAS

| | |
|---|--|
| Ação | Instalação/ampliação de bicicletário. |
| Meta | Atingir o número de 62 prédios com bicicletários ou instalar bicicletário em 15 prédios. |
| Objetivo | Aumentar o número de bicicletários conforme a necessidade das comarcas e prédios. |
| Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ) | VIII – deslocamento de pessoal, bens e materiais considerando todos os meios de transporte, com foco na redução de gastos e de emissões de substâncias poluentes |



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

| | |
|-------------------------|-------|
| Apuração (do indicador) | Anual |
|-------------------------|-------|

Em andamento.

Cabe ressaltar que o fornecimento de bicicletários abrangem todos os prédios do Poder Judiciário/SC e está disponível por meio dos contratos de manutenção predial, gerenciado pela Divisão de Manutenção Predial, desde junho/2017.

A Divisão de Projetos/DPRO realizou consultas com diversas comarcas para verificar o interesse na melhoria das estruturas de bicicletários, as vezes inexistentes, visando fomentar o uso da bicicleta como modal de transporte. Após as informações a DPRO realizou, ainda no segundo semestre de 2017, as seguintes atividades:

1. Definição do melhor local para instalação do bicicletário; e
2. Disponibilização do projeto do bicicletário por e-mail às comarcas interessadas.

Desta forma, verificou-se um crescimento na demanda para instalação, substituição ou acréscimos de bicicletários nos fóruns ou prédios administrativos do PJSC.

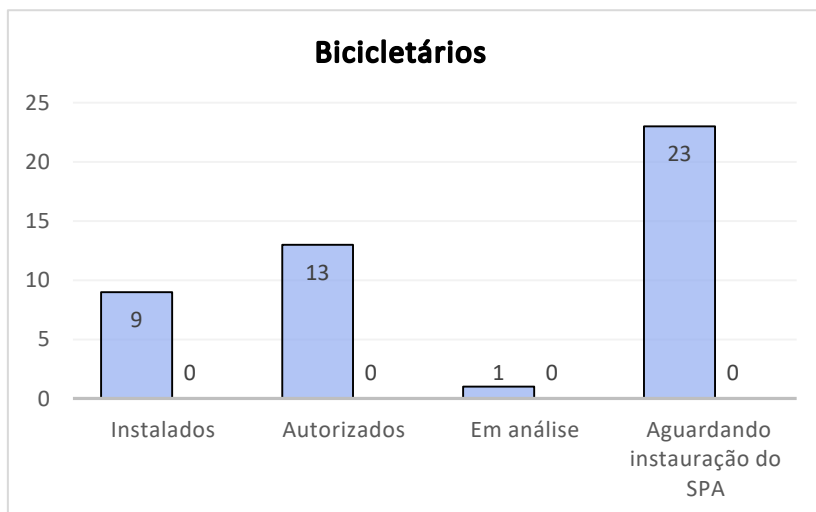
Em 2017 aumentamos para 47 o número de prédios que possuem bicicletários. Atualmente, após as intervenções da Divisão de Projetos e a execução dos serviços com acompanhamento da Divisão de Manutenção Predial, foram obtidos os seguintes resultados:

| Meta - 2018 | Unidades | RELATÓRIO |
|--------------------|----------|--|
| Instalados | 9 | Situação em que já foram realizadas a instalação, substituição ou acréscimo de bicicletário. |
| Autorizados | 3 | Nesta etapa todo procedimento de análise técnica já foi concluído, encontra-se na fase de agendamento e execução dos serviços. |
| Em análise | 1 | Início do procedimento na Divisão de Projetos para verificação das intervenções necessárias, incluindo defini- |



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

| | |
|--|--|
| ção do local. | |
| Aguardan- do instaura- ção do SPA | 3 Situação onde a comarca manifestou interesse, mas ainda não iniciou o processo para instalação do bicicletário. |



Analisando-se os dados apresentados, conclui-se que foram instalados 9 (nove) bicicletários e 13 (treze) estão autorizados e aguardando agendamento, totalizando 22 bicicletários, o que permite concluir que a DEA atingirá a meta prevista. Desta forma, somando com os 47 bicicletários existente em 2017, ultrapassaremos a meta de 62, com 69 prédios atendidos até o final do ano de 2018.

Cabe ressaltar, que apesar dos contatos da DPRO no incentivo na instalação de bicicletários, é um número expressivo de comarcas que ainda não iniciaram a abertura do processo para instalação em suas unidades, atualmente 23 (vinte e três).

Pode ser um reflexo da falta de infraestrutura por parte dos órgãos municipais, principalmente na construção de ciclovias nas cidades e arredores, desestimulando o uso da bicicleta no deslocamento ao trabalho.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

Cabe à DEA em conjunto com a Secretaria de Gestão Socioambiental manter o diálogo com as comarcas, promovendo as instalações de bicicletários em todas unidades do PJSC.



Figura 8 - Bicicletário instalado no Fórum de Papanduva – Foto: Comarca

4.10 LIMPEZA

| | |
|-----------------------------------|---|
| Ação | Avaliar a possibilidade de adquirir produtos de limpeza biodegradáveis |
| Meta | 100% do estudo |
| Objetivo | Diminuir o impacto ambiental no consumo dos materiais e serviços relacionados aos procedimentos de limpeza do PJSC |
| Responsabilidade | DIE - DMP |
| Indicadores (Glosário, 1ª edição) | Grupo 2, indicadores 2.1 a 2.10 |
| Tema (Art.16 da Resolução) | I - uso eficiente de insumos e materiais considerando, inclusive, a implantação do PJe e a informatização dos processos e |



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

| | |
|---------------|--------------------------------|
| 201/2015-CNJ) | procedimentos administrativos; |
|---------------|--------------------------------|

Em andamento.

Os produtos padronizados utilizados pelo Poder Judiciário de Santa Catarina são: silicone em gel, água sanitária, desinfetante de uso geral, limpa vidros, detergente para louça, lustra móveis, sabão em pó. As pesquisas iniciais demonstraram que as versões biodegradáveis desses produtos apresentam custo relativamente superior àqueles atualmente utilizados. Considerando a necessidade de dar prosseguimento à contratação dos produtos de limpeza (SPA 28244/2018), visando evitar sua descontinuidade, aliada à necessidade de estudos mais aprofundados, entende-se oportuno que a questão seja tratada nas próximas contratações.

| Ação | Ação para o uso racional de papel toalha |
|---|--|
| Meta | 10% de redução no consumo do papel toalha. |
| Objetivo | Diminuir o impacto ambiental e econômico do consumo do material |
| Responsabilidade | DMP – DIE – SGS |
| Indicadores (Glossário, 1ª edição) | Grupo 2, indicadores 2.1 a 2.10 |
| Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ) | I - uso eficiente de insumos e materiais considerando, inclusive, a implantação do PJe e a informatização dos processos e procedimentos administrativos; |

Em andamento.

O total de distribuição deste item no primeiro semestre de 2018 foi de 18.673 fardos - média mensal de 3.112 fardos.

Especificamente para este material, ocorreu alteração da especificação na aquisição realizada pela ARP n. 1584, cuja vigência iniciou em maio de 2017, de modo que houve a redução de gramatura. Por esse motivo, não é possível estabelecer parâmetro preciso a respeito do consumo de papel toalha.

Apesar disso, informa-se que, o segundo semestre de 2017 apresentou uma média mensal de 3.289 fardos, ou seja, houve uma redução de 5,38% no que diz respeito ao primeiro semestre de 2018.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

4.11 VIGILÂNCIA

Não há ações listadas para este indicador em 2018.

4.12 VEÍCULOS

| | |
|---|--|
| Ação | Aquisição de veículos novos com dação em pagamento dos veículos usados |
| Meta | 10% dos veículos |
| Objetivo | Melhorar o planejamento das aquisições de veículos |
| Responsabilidade | DIE |
| Indicadores (Glosário, 1ª edição) | Grupo 2, indicadores 2.1 a 2.10 |
| Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ) | I - uso eficiente de insumos e materiais considerando, inclusive, a implantação do PJe e a informatização dos processos e procedimentos administrativos; |

Não realizada.

Não há previsão de cumprimento.

A atual administração do Tribunal do Justiça optou pela realização de venda pública, por meio de leilão, dos veículos que serão baixados por inservibilidade (SPA 25144/2018).

O leilão é modalidade de licitação regulamentada no artigo 22 da Lei n. 8.666/93 que implica ganho de liquidez. A nova aquisição de bens móveis estará associada a renda obtida no leilão, de modo que não há previsão de cumprimento da desta meta.

4.13 COMBUSTÍVEL

| | |
|-----------------------------------|--|
| Ação | Analisar a viabilidade de utilizar combustíveis com maior custo-benefício, tendo em vista critérios de sustentabilidade |
| Meta | 10% da frota oficial abastecida com etanol em 2018 |
| Objetivo | Utilizar combustível menos poluente e de fontes renováveis Reduzir a emissão de gases poluentes; |
| Responsabilidade | DIE |
| Indicadores (Glosário, 1ª edição) | Grupo 2, indicadores 2.1 a 2.10 |



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

| | |
|---|--|
| Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ) | I - uso eficiente de insumos e materiais considerando, inclusive, a implantação do PJe e a informatização dos processos e procedimentos administrativos; |
|---|--|

Não realizada.

Não há previsão de cumprimento.

Para o que o abastecimento com álcool seja mais vantajoso do que o abastecimento com gasolina, o preço do litro tem que custar até 70% do litro da gasolina. Atualmente, a relação entre preço dos combustíveis não favorece a utilização do álcool.

| | |
|---|--|
| Ação | Reduzir a quantidade de combustíveis consumidos |
| Meta | Reduzir em 5% o consumo de combustíveis. |
| Objetivo | Reduzir a emissão de gases poluentes; Reduzir o consumo de combustíveis |
| Responsabilidade | DIE |
| Indicadores (Glossário, 1ª edição) | Grupo 2, indicadores 2.1 a 2.10 |
| Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ) | I - uso eficiente de insumos e materiais considerando, inclusive, a implantação do PJe e a informatização dos processos e procedimentos administrativos; |

Não realizada.

Não há previsão de cumprimento.

O gasto de combustível é diretamente proporcional à quilometragem rodada. Nos últimos meses os veículos da frota têm realizado mais deslocamentos, deste modo não está sendo possível cumprir esta meta.

| | |
|------------------------------------|---|
| Ação | Estudar a implantação de rotas e horários fixos para a realização de serviços pela Secretaria do TJSC |
| Meta | 100% do estudo realizado |
| Objetivo | 1 - Otimizar as rotas; 2 - Diminuir o consumo de combustíveis nos deslocamentos e a emissão de gases poluentes |
| Responsabilidade | DIE |
| Indicadores (Glossário, 1ª edição) | Grupo 2, indicadores 2.1 a 2.10 |
| Tema (Art.16 da Resolução) | I - uso eficiente de insumos e materiais considerando, inclusive, a implantação do PJe e a informatização dos processos e |



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

| | |
|---------------|--------------------------------|
| 201/2015-CNJ) | procedimentos administrativos; |
|---------------|--------------------------------|

Realizada.

Foi realizado amplo estudo referente aos deslocamentos realizados pela Central de Transporte Institucional e pela Secretaria do Tribunal de Justiça. A partir das informações, verificou-se que os locais de deslocamentos não são compatíveis com a implantação de rotas e horários fixos. Outras opções para otimizar os serviços, reduzindo custos e consumo de combustíveis estão sendo analisadas.

4.14 QUALIDADE DE VIDA

| Ação | Grupo de Prevenção e Administração do Stress |
|---|---|
| Meta | Atender 100% das soluções de atendimento |
| Objetivo | Realizar grupos visando a aprendizagem de técnicas de administração de estresse |
| Responsabilidade | Diretoria de Saúde - DAS |
| Indicadores (Glossário, 1ª edição) | Grupo 15, indicadores 15.1 a 15.7 |
| Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ) | V - qualidade de vida no ambiente de trabalho |

Não realizada.

Não há previsão de cumprimento.

A Resolução n. 3/2017-GP mudou o foco de atendimento da Diretoria de Saúde, de ambulatorial para ocupacional.

No segundo semestre de 2018 houve uma redução significativa na capacidade laborativa da Seção de Atendimento Integral à Saúde impossibilitando a realização desta ação.

Atualmente a Diretoria de Saúde está empenhada em elaborar projetos para implementar os eventos do eSocial relacionados à área da saúde e segurança no trabalho.

Não há previsão de cumprimento.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

| | |
|---|--|
| Ação | Atendimento individual aos servidores com nível de estresse elevado |
| Meta | Atender 100 % das solicitações de atendimento |
| Objetivo | Realizar o atendimento individual e o procedimento de técnicas de relaxamento em servidores em nível de pré-exaustão |
| Responsabilidade | Diretoria de Saúde - DAS |
| Indicadores (Glosário, 1ª edição) | Grupo 15, indicadores 15.1 a 15.7 |
| Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ) | V - qualidade de vida no ambiente de trabalho |

Não realizada.

Não há previsão de cumprimento.

Em cumprimento à Resolução CNJ n. 207/2015, o Poder Judiciário de Santa Catarina publicou a Resolução GP n. 3/2017, alterando o foco de atendimento da Diretoria de Saúde: de ambulatorial para ocupacional.

| | |
|---|--|
| Ação | Curso de Assédio Moral no trabalho |
| Meta | Capacitar 100% dos servidores envolvidos no atendimento: Médicos, Assistentes Sociais e Psicólogas da DS e DGP |
| Objetivo | Capacitar os servidores envolvidos no atendimento da demanda e formular um protocolo de atendimento dos casos |
| Responsabilidade | Diretoria de Saúde - DAS |
| Indicadores (Glosário, 1ª edição) | Grupo 15, indicadores 15.1 a 15.7 |
| Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ) | V - qualidade de vida no ambiente de trabalho |

Realizada.

O evento foi antecipado e realizado no período de 06 a 27/11/2017.

| | |
|------------------|-----------------------------------|
| Ação | Realizar a Semana da Saúde |
| Meta | Atender 100% do público alvo |
| Objetivo | Instituir a Semana da Saúde |
| Responsabilidade | Diretoria de Saúde - DAS |



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

| | |
|---|---|
| Indicadores (Glosário, 1ª edição) | Grupo 15, indicadores 15.1 a 15.7 |
| Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ) | V - qualidade de vida no ambiente de trabalho |

Não realizada.

Não há previsão de cumprimento.

Recursos financeiros não disponibilizados.

| | |
|---|--|
| Ação | Fornecimento e aplicação da vacina antigripal em todos os colaboradores do Poder Judiciário de Santa Catarina |
| Meta | Atender 100% do público alvo |
| Objetivo | Garantir o bem-estar dos magistrados ativos, servidores ativos (efetivos e comissionados), à disposição, estagiários, residentes judiciais e voluntários, com vistas à redução do absenteísmo ao trabalho. |
| Responsabilidade | Diretoria de Saúde - DPAS |
| Indicadores (Glosário, 1ª edição) | Grupo 15, indicadores 15.1 a 15.7 |
| Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ) | V - qualidade de vida no ambiente de trabalho |

Realizada.

Foram imunizados 8.658 trabalhadores, perfazendo 82,45% da meta (10.500 trabalhadores).

| | |
|---|---|
| Ação | Campanha contra o câncer de mama – Outubro Rosa |
| Meta | Realizar campanha preventiva |
| Objetivo | Chamar a atenção de magistrados, servidores e demais colaboradores do Poder Judiciário para a realidade atual do câncer de mama e a importância do diagnóstico precoce. |
| Responsabilidade | Diretoria de Saúde - DAS |
| Indicadores (Glosário, 1ª edição) | Grupo 15, indicadores 15.1 a 15.7 |
| Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ) | V - qualidade de vida no ambiente de trabalho |



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

Em andamento.

A Campanha contra o câncer de mama – Outubro Rosa referente ao ano 2018 já está em fase de planejamento, pois está prevista para ocorrer no segundo semestre/2018.

| | |
|---|---|
| Ação | Campanha contra o câncer de próstata – Novembro Azul |
| Meta | Realizar campanha preventiva |
| Objetivo | Chamar a atenção de magistrados, servidores e demais colaboradores do Poder Judiciário para a realidade atual do câncer de próstata e a importância do diagnóstico precoce. |
| Responsabilidade | Diretoria de Saúde - DAS |
| Indicadores (Glossário, 1ª edição) | Grupo 15, indicadores 15.1 a 15.7 |
| Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ) | V - qualidade de vida no ambiente de trabalho |

Em andamento.

A Campanha contra o câncer de próstata – Novembro Azul referente ao ano 2018 já está em fase de planejamento, pois está prevista para ocorrer no segundo semestre/2018.

| | |
|---|--|
| Ação | Análise Ergonômica do Trabalho - AET |
| Meta | Realizar AET em 200 postos de trabalho das Comarcas de Santo Amaro da Imperatriz, Biguaçu e Palhoça. |
| Objetivo | Diagnosticar problemas nos postos de trabalho, orientar acerca do mobiliário padrão e realizar a análise ergonômica do trabalho. |
| Responsabilidade | Diretoria de Saúde - DPAS |
| Indicadores (Glossário, 1ª edição) | Grupo 15, indicadores 15.1 a 15.7. |
| Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ) | V - qualidade de vida no ambiente de trabalho |

Não realizada.

Aguarda-se decisão do Processo 47267/2017.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

| | |
|---|---|
| Ação | Orientação de Saúde e Segurança/Ergonomia ao Teletrabalhador |
| Meta | Atender 100% dos teletrabalhadores |
| Objetivo | Diagnosticar efeitos positivos e negativos sobre a saúde do teletrabalhador |
| Responsabilidade | Diretoria de Saúde - DPAS |
| Indicadores (Glosário, 1ª edição) | Grupo 15, indicadores 15.1 a 15.7 |
| Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ) | V - qualidade de vida no ambiente de trabalho |

Realizada.

| | |
|---|---|
| Ação | Implementação do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO 2017/2018; execução dos Exames médicos ocupacionais e emissão dos atestados ocupacionais |
| Meta | 100% dos magistrados e servidores do PJSC |
| Objetivo | Prevenção, diagnóstico e controle de doenças ocupacionais com fornecimento de dados ao CNJ e E-social |
| Responsabilidade | Diretoria de Saúde - DPAS |
| Indicadores (Glosário, 1ª edição) | Grupo 15, indicadores 15.1 a 15.7 |
| Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ) | V - qualidade de vida no ambiente de trabalho |

Em andamento.

Foram atendidos 2.463 trabalhadores, perfazendo 34,6% da meta (7.108 trabalhadores). A previsão para conclusão do cronograma é novembro de 2018.

| | |
|-------------|--|
| Ação | Implementação do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais 2017/2018 |
| Meta | 100% das Comarcas do Estado e prédios do Tribunal de Justiça |
| Objetivo | Adequação dos ambientes de trabalho com redução dos riscos ambientais; prevenção de doenças ocupacionais |



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

| | |
|---|---|
| Responsabilidade | Diretoria de Saúde - DPAS |
| Indicadores (Glosário, 1ª edição) | Grupo 15, indicadores 15.1 a 15.7 |
| Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ) | V - qualidade de vida no ambiente de trabalho |

Em andamento.

As ações dos Programas de Prevenção de Riscos Ambientais foram implementadas em 12 unidades judiciárias, perfazendo um total de 10% da meta (117 unidades judiciárias).

| | |
|---|--|
| Ação | Monitoramento das vacinas ocupacionais dos servidores do PJSC prescritas conforme PCMSO |
| Meta | 100% dos servidores com prescrição |
| Objetivo | Prevenção de doenças ocupacionais |
| Responsabilidade | Diretoria de Saúde - DPAS |
| Indicadores (Glosário, 1ª edição) | Grupo 15, indicadores 15.1 a 15.7. |
| Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ) | V - qualidade de vida no ambiente de trabalho |

Realizada.

| | |
|---|---|
| Ação | Ginástica Laboral - GL |
| Meta | Aplicar a GL em 200 servidores/magistrados nas comarcas de Santo Amaro da Imperatriz, Biguaçu e Palhoça, semanalmente |
| Objetivo | Aplicar a prática da ginástica laboral como projeto-piloto no PJSC |
| Responsabilidade | Diretoria de Saúde - DPAS |
| Indicadores (Glosário, 1ª edição) | Grupo 15, indicadores 15.1 a 15.7 |
| Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ) | V - qualidade de vida no ambiente de trabalho |

Não realizada.

Aguarda-se decisão do Processo 560366-2014.8.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

| | |
|---|---|
| Ação | Aplicação do Programa de Desenvolvimento de Relações Interpessoais |
| Meta | Realizar três grupos no ano de 2018. |
| Objetivo | Desenvolver intervenções psicológicas em grupos, buscando a melhoria das relações interpessoais e o gerenciamento de conflitos. |
| Responsabilidade | Diretoria de Gestão de Pessoas |
| Indicadores (Glosário, 1ª edição) | Grupo 15, indicadores 15.1 a 15.7. |
| Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ) | V - qualidade de vida no ambiente de trabalho. |

Em andamento.

Realizado 1 grupo até 1º-8-2018. Total servidores atendidos: 6

| | |
|---|---|
| Ação | Entrevistas de Lotação e Relotação de servidores na Secretaria do TJ |
| Meta | Realizar entrevista com todos os servidores nomeados no TJ ou com interesse de relotação interna. |
| Objetivo | Adequar a lotação do servidor ao seu perfil. |
| Responsabilidade | Diretoria de Gestão de Pessoas |
| Indicadores (Glosário, 1ª edição) | Grupo 15, indicadores 15.1 a 15.7. |
| Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ) | V - qualidade de vida no ambiente de trabalho. |

Em andamento.

Foi realizada entrevista com todos os novos servidores do Tribunal de Justiça, dos cargos que requerem entrevista, e com todos os que se inscreveram no Banco de Relotação até julho de 2018. - Total de atendimentos até 1º-8-2018: 9

| | |
|-------------|--|
| Ação | Grupos vivenciais. |
| Meta | Realizar quatro grupos no ano de 2018. |
| Objetivo | Contribuir para o resgate da força e dos recursos internos que cada um de nós possui para superar desafios, proporcionar equilíbrio e melhorar a própria vida, tanto no âmbito pessoal |



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

| | |
|--|---|
| | quanto no profissional, com ênfase nos relacionamentos, emoções, autoestima e confiança (temas: equilíbrio emocional, luto, finanças, liderança). |
| Responsabilidade | Diretoria de Gestão de Pessoas |
| Indicadores (Glosário, 1ª edição) | Grupo 15, indicadores 15.1 a 15.7. |
| Tema (Art. 16 da Resolução 201/2015-CNJ) | V - qualidade de vida no ambiente de trabalho. |

Em andamento.

Um grupo vivencial realizado (“Cuidar de Si”). Total de servidores atendidos até 1º-8-2018: 16

| | |
|--|---|
| Ação | Programa de acompanhamento do desempenho. |
| Meta | Realizar acompanhamento do desempenho de todos os servidores que apresentarem algum quesito insuficiente na Avaliação de Desempenho no ano de 2018. |
| Objetivo | Oportunizar ao servidor uma reflexão quanto aos pontos a serem melhorados, possibilitando a identificação das necessidades de treinamentos ou de intervenções psicológicas. |
| Responsabilidade | Diretoria de Gestão de Pessoas |
| Indicadores (Glosário, 1ª edição) | Grupo 15, indicadores 15.1 a 15.7. |
| Tema (Art. 16 da Resolução 201/2015-CNJ) | V - qualidade de vida no ambiente de trabalho. |

Em andamento.

Até 1º-8-2018, foi realizado o acompanhamento do desempenho de 111 servidores que apresentaram nota insuficiente em ao menos 1 quesito da Avaliação de Desempenho do semestre 2017.2.

| | |
|-------------|--|
| Ação | Programa bem-estar no trabalho. |
| Meta | Realizar um evento para 30 servidores no ano de 2018. |
| Objetivo | Formar vínculos mais positivos com o trabalho e aumentar a satisfação pessoal e profissional dos servidores. Ainda, busca-se atuar de forma preventiva, promovendo a saúde e mi- |



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

| | |
|---|--|
| | ninizando os danos inerentes ao exercício das atribuições. |
| Responsabilidade | Diretoria de Gestão de Pessoas |
| Indicadores (Glosário, 1ª edição) | Grupo 15, indicadores 15.1 a 15.7. |
| Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ) | V - qualidade de vida no ambiente de trabalho. |

Em andamento.

Será realizada uma edição no segundo semestre de 2018, para 30 participantes.

| | |
|---|--|
| Ação | Programa de preparação para aposentadoria. |
| Meta | Realizar dois eventos para 30 servidores no ano de 2018. |
| Objetivo | Auxiliar o servidor a pensar a vida após o desligamento do trabalho, quebrar o antigo paradigma de que a aposentadoria é o tempo da ociosidade e fomentar a visão de que esse é o tempo de transformar sonhos em projetos. |
| Responsabilidade | Diretoria de Gestão de Pessoas |
| Indicadores (Glosário, 1ª edição) | Grupo 15, indicadores 15.1 a 15.7. |
| Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ) | V - qualidade de vida no ambiente de trabalho. |

Em andamento.

Serão realizadas duas edições no segundo semestre de 2018, com a participação de 30 servidores em cada.

| | |
|--------------------|---|
| Ação | Programa Rodizio de funções. |
| Meta | Realizar duas edições do evento no ano de 2018. |
| Objetivo | Proporcionar uma maior integração entre os servidores, melhorar a comunicação entre os setores e aumentar o conhecimento quanto às atribuições e funções exercidas pelos diversos setores do Tribunal de Justiça / comarca. |
| Responsabilidade | Diretoria de Gestão de Pessoas |
| Indicadores (Glos- | Grupo 15, indicadores 15.1 a 15.7. |



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

| | |
|---|--|
| sário, 1ª edição) | |
| Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ) | V - qualidade de vida no ambiente de trabalho. |

Em andamento.

Foi realizada uma edição do evento (com 22 participações) e a outra está prevista para o segundo semestre.

| | |
|---|---|
| Ação | Homenagem aos servidores aposentados. |
| Meta | Confeccionar cartão individualizado para todos os servidores que se aposentarem no ano de 2018. |
| Objetivo | Homenagear e agradecer os servidores pelos anos de contribuição prestada ao Poder Judiciário de Santa Catarina. |
| Responsabilidade | Diretoria de Gestão de Pessoas |
| Indicadores (Glossário, 1ª edição) | Grupo 15, indicadores 15.1 a 15.7. |
| Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ) | V - qualidade de vida no ambiente de trabalho. |

Em andamento.

Foram confeccionados cartões para todos os servidores que se aposentaram até junho de 2018, totalizando 80 cartões.

| | |
|------------------------------------|---|
| Ação | Programa de melhoria do clima organizacional. |
| Meta | Aplicar o programa em três comarcas no ano de 2018. |
| Objetivo | Verificar o grau de satisfação dos servidores, com relação à Instituição, à equipe de trabalho e às chefias, identificar as causa de possíveis insatisfações e, com base nas informações coletadas, implementar em conjunto com os servidores, ações que propiciem condições para maior satisfação no trabalho. |
| Responsabilidade | Diretoria de Gestão de Pessoas |
| Indicadores (Glossário, 1ª edição) | Grupo 15, indicadores 15.1 a 15.7. |
| Tema (Art.16 da Resolução | V - qualidade de vida no ambiente de trabalho. |



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

| | |
|---------------|--|
| 201/2015-CNJ) | |
|---------------|--|

Em andamento.

Ainda não realizado novo programa em 2018. Está sendo realizado o acompanhamento das ações dos 5 programas aplicados em 2017. Previsão de aplicar um programa no segundo semestre.

| | |
|---|--|
| Ação | Programa "Olhares". |
| Meta | Realizar uma edição do programa no ano de 2018. |
| Objetivo | Incentivar o desenvolvimento da criatividade, valorizar a expressão artística e contribuir para o bem-estar de magistrados, servidores e demais colaboradores. |
| Responsabilidade | Diretoria de Gestão de Pessoas |
| Indicadores (Glosário, 1ª edição) | Grupo 15, indicadores 15.1 a 15.7. |
| Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ) | V - qualidade de vida no ambiente de trabalho. |

Realizada.

Realizada a edição de 2018 com a participação de 51 colaboradores.

| | |
|---|---|
| Ação | Projeto "Dicas". |
| Meta | Disponibilizar uma dica de português e uma de saúde por mês durante todos os meses do ano de 2018, com no mínimo 1000 acessos a cada uma das postagens. |
| Objetivo | Colaborar com o desenvolvimento das atividades do servidor e com seu bem-estar. |
| Responsabilidade | Diretoria de Gestão de Pessoas |
| Indicadores (Glosário, 1ª edição) | Grupo 15, indicadores 15.1 a 15.7. |
| Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ) | V - qualidade de vida no ambiente de trabalho. |

Em andamento.

As informações foram disponibilizadas no perfil "Servidor" do portal eletrônico do PJSC todos os meses até julho de 2018. O indicador deverá ser altera-



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

do. Deverá ser considerado como indicador o “Total de acessos individualizados às páginas das dicas postadas no Portal do TJSC”. Total de acesso às postagens até 1º-8-2018: 18907.

Além das ações aprovadas para o PLS do ano corrente, verificou-se a oportunidade de contemplar outras atividades do pacote de ações de qualidade de vida da Diretoria de Gestão de Pessoas. Por esse motivo, as seguintes ações encontram-se em andamento:

| | |
|---|--|
| Ação | Cartões Virtuais - Datas marcantes. |
| Meta | Enviar 100% de cartões personalizados nos casos de licença paternidade, licença gala, doação de sangue, licença adoção, licença gestação e licença nojo. |
| Objetivo | Reconhecer e valorizar os servidores por meio do envio de cartões individualizados em momentos marcantes da vida destes. |
| Responsabilidade | Diretoria de Gestão de Pessoas |
| Indicadores (Glossário, 1ª edição) | Grupo 15, indicadores 15.1 a 15.7. |
| Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ) | V - qualidade de vida no ambiente de trabalho. |

Em andamento.

Ação autorizada pela Presidência e retomada em 27 de junho de 2018. Até 1º de agosto de 2018 foram enviados 30 cartões.

| | |
|------------------------------------|---|
| Ação | Diagnósticos diversos. |
| Meta | Realizar diagnóstico em três unidades no ano de 2018. |
| Objetivo | Acompanhar e desenvolver os servidores. |
| Responsabilidade | Diretoria de Gestão de Pessoas |
| Indicadores (Glossário, 1ª edição) | Grupo 15, indicadores 15.1 a 15.7. |
| Tema (Art.16 da Resolução) | V - qualidade de vida no ambiente de trabalho. |



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

| | |
|---------------|--|
| 201/2015-CNJ) | |
|---------------|--|

Em andamento.

Total de entrevistados em diagnósticos em 3 comarcas até 1º de agosto de 2018: 31 servidores.

| | |
|---|--|
| Ação | Recadastramento de Aposentados |
| Meta | Recadastrar 100% dos aposentados que solicitarem o atendimento no ano de 2018. |
| Objetivo | Auxiliar a servidor aposentado incapacitado a realizar o recadastramento anual obrigatório, contribuindo para o seu bem-estar. |
| Responsabilidade | Diretoria de Gestão de Pessoas |
| Indicadores (Glosário, 1ª edição) | Grupo 15, indicadores 15.1 a 15.7. |
| Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ) | V - qualidade de vida no ambiente de trabalho. |

Em andamento.

Foram realizados 2 atendimentos até 1º de agosto de 2018. Ação inserida para o relatório de 2018.

| | |
|---|---|
| Ação | Atendimento Psicossocial |
| Meta | Atender 100% dos servidores que solicitarem apoio no ano de 2018. |
| Objetivo | Dar suporte psicossocial a servidores que buscam auxílio para dificuldades vivenciadas no ambiente de trabalho. |
| Responsabilidade | Diretoria de Gestão de Pessoas |
| Indicadores (Glosário, 1ª edição) | Grupo 15, indicadores 15.1 a 15.7. |
| Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ) | V - qualidade de vida no ambiente de trabalho. |

Em andamento.

Foram realizados 7 atendimentos solicitados até 1º de agosto de 2018.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

| | |
|---|---|
| Ação | Teletrabalho |
| Meta | Possibilitar a participação de 100 servidores no programa. |
| Objetivo | Melhorar a qualidade de vida do servidor, em razão da flexibilidade de horário e execução de atividades laborativas em casa ou local apropriado, com reflexo positivo na produtividade. |
| Responsabilidade | Diretoria de Gestão de Pessoas |
| Indicadores (Glosário, 1ª edição) | Grupo 15, indicadores 15.1 a 15.7. |
| Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ) | V - qualidade de vida no ambiente de trabalho. |

Realizada.

Participação de 330 servidores em Teletrabalho até 1º de agosto de 2018.

4.15 CAPACITAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

| | |
|---|--|
| Ação | Realizar capacitação sobre a destinação de bens apreendidos, por meio de vídeo e/ou apostila educativos com instruções |
| Meta | 100% das Secretarias de Foro |
| Objetivo | Realizar capacitação sobre a destinação de bens apreendidos, por meio de vídeo educativo com instruções ou apostila digital |
| Responsabilidade | Secretaria de Gestão Socioambiental, Corregedoria Geral de Justiça e Academia Judicial |
| Indicadores (Glosário, 1ª edição) | Grupo 16, indicadores 16.1 a 16.3. |
| Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ) | VI - sensibilização e capacitação contínua do corpo funcional, força de trabalho auxiliar e, quando for o caso, de outras partes interessadas; |

Em andamento.

No âmbito da Secretaria de Gestão Socioambiental as ações estão restritas atualmente à publicidade dos procedimentos publicada em <https://www.tjsc.jus.br/web/gestao-socioambiental/coleta-periodica/coleta-periodica-de-bens-apreendidos-judicialmente>, a capacitação inserida na aula de Programas de



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

gestão socioambiental ministrada no curso Procedimentos para a Secretaria do Foro da Academia Judicial ensinará o cumprimento integral do objetivo.

| | |
|---|--|
| Ação | Aprimorar a divulgação dos pontos de coleta de óleo de cozinha usado |
| Meta | 100% dos servidores da Grande Florianópolis |
| Objetivo | Informar os servidores da Grande Florianópolis sobre os pontos de óleo de cozinha à disposição no município |
| Responsabilidade | Secretaria de Gestão Socioambiental e Núcleo de Comunicação Institucional |
| Indicadores (Glossário, 1ª edição) | Grupo 16, indicadores 16.1 a 16.3. |
| Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ) | VI - sensibilização e capacitação contínua do corpo funcional, força de trabalho auxiliar e, quando for o caso, de outras partes interessadas; |

Realizada.

O conteúdo informativo é constantemente atualizado e encontra-se disponível em <https://www.tjsc.jus.br/web/gestao-socioambiental/descarte-de-oleo-de-cozinha>.

| | |
|---|---|
| Ação | Capacitação para a gestão de resíduos e coleta seletiva |
| Meta | 100% dos servidores das comarcas que tiverem implantação de coleta seletiva |
| Objetivo | Realizar palestras nos fóruns e unidades do TJSC, visando a sensibilização e capacitação contínua do corpo funcional, força de trabalho auxiliar e, quando for o caso, de outras partes interessadas (MP, OAB, etc..) |
| Responsabilidade | SGS |
| Indicadores (Glossário, 1ª edição) | Grupo 16, indicadores 16.1 a 16.3. |
| Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ) | VI - sensibilização e capacitação contínua do corpo funcional, força de trabalho auxiliar e, quando for o caso, de outras partes interessadas; |

Em andamento.

Em 2018 foi priorizado o atendimento das demandas dos fóruns instalados em municípios nos quais não há coleta seletiva operada pelo serviço público municipal, sendo que foram realizadas palestras em dezoito unidades, sendo Itaiópolis, Acurra, Rio do Oeste, Campo Belo do Sul, Curitibanos, Santa Cecília, Lebon Ré-



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

gis, Tangará, Capinzal, Catanduvas, Herval d'Oeste, Campos Novos, São Carlos, Mondaí, Anchieta, Cunha Porã, Modelo, e Maravilha, restando previstas para o segundo semestre/2018 as palestras nos Fóruns das Comarcas de Papanduva, Porto União, Ibirama, Presidente Getúlio, Rio do Sul, Concórdia, Ipumirim, Itá, Chapecó, Palmitos, Itapiranga, Descanso, São Miguel do Oeste, São José do Cedro, Dionísio Cerqueira, Pinhalzinho, e Capital (todos exceto Norte da Ilha), e para o primeiro semestre de 2019 as intervenções nas unidades diversas do TJSC (todas exceto DMP, realizada em janeiro/2018). Além da capacitação presencial, a Secretaria de Gestão Socioambiental reformulou a aula de Programas de gestão socioambiental ministrada no curso Procedimentos para a Secretaria do Foro.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

5 PLANO DE AÇÕES DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL DE 2019 – PLS-PJSC/2019

Para compor o Plano de Logística Sustentável de 2019, as áreas apresentaram 34 ações, que abrangem os oito temas dos incisos do artigo 14 da Resolução CNJ n. 201/2015. Além disso, das dezesseis categorias de indicadores do Anexo 1, apenas telefonia, vigilância e copos descartáveis não foram contemplados.

Tabela 4- Quantidade de ações por tema e categoria do principal indicador – 2019

| TEMAS (ART.16) | CATEGORIA DO PRINCIPAL INDICADOR (ANEXO 1) | QUANTIDADE DE AÇÕES 2019 |
|----------------|--|--------------------------|
| I e VI | PAPEL | 1 |
| I | COPOS PLÁSTICOS | 1 |
| I e VII | ÁGUA ENVASADA | 0 |
| I | IMPRESSÃO | 1 |
| I e VII | TELEFONIA | 0 |
| II e VII | ENERGIA ELÉTRICA | 2 |
| III e VII | ÁGUA E ESGOTO | 1 |
| I, IV e VII | GESTÃO DE RESÍDUOS | 3 |
| I e VII | REFORMAS | 1 |
| I e VII | LIMPEZA | 2 |
| VII | VIGILÂNCIA | 0 |
| I e VIII | VEÍCULOS | 1 |
| I e VIII | COMBUSTÍVEL | 1 |
| V e VII | QUALIDADE DE VIDA | 16 |
| VI | CAPACITAÇÃO SOCIOAMBIENTAL | 2 |
| VI | CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS | 2 |
| | TOTAL | 34 |

Fonte: Comissão de Gestão Socioambiental

Em relação às áreas, as ações distribuem-se conforme a atuação:

Tabela 5 - Plano de ações para 2019

| UNIDADE | QUANT. | TEMAS (ART. 14) | INDICADORES (ANEXO 1) |
|---------|--------|---|---|
| DEA | 5 | II-energia elétrica; III-água e esgoto; IV- gestão de resíduos; VII- contratações sustentáveis. | Energia elétrica; água e esgoto; gestão de resíduos; reformas |
| DGP | 7 | V- qualidade de vida | Qualidade de vida |



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

| | | | |
|--------------|-----------|--|---|
| DIE | 4 | I- uso eficiente de insumos e materiais; VII - contratações sustentáveis; VIII – deslocamento | Copos descartáveis; limpeza; veículos; combustível. |
| DMP | 2 | VII- contratações sustentáveis | Contratações sustentáveis |
| DS | 9 | V–qualidade de vida | Qualidade de vida |
| DTI | 3 | I– uso eficiente de insumos e materiais; VI-sensibilização e capacitação; VIII – deslocamento | Papel; impressão; sensibilização e capacitação socioambiental; veículos |
| SGS | 4 | I – uso eficiente de insumos e materiais; IV – gestão de resíduos; VI – sensibilização e capacitação socioambiental; VII – contratações sustentáveis | Papel; gestão de resíduos; sensibilização e capacitação socioambiental |
| TOTAL | 34 | 8 de 8 | 13 de 16 |

O plano de ações para 2019 está dividido, abaixo, por categoria de indicador e aponta a ação, as áreas envolvidas, o objetivo, a meta, os recursos e a periodicidade da apuração.

5.1 PAPEL

| AÇÕES | | ÁREAS | OBJETIVO | META | RECURSOS | APURAÇÃO |
|-------|---|-------------|--|---|----------|----------|
| 1 | Campanha para uso racional de impressoras e de papel | DTI/SGS/DMP | Diminuir o impacto ambiental e econômico do consumo do material. | 10 % de redução no consumo do papel para impressão. | Humanos | Anual |

5.2 COPOS

| AÇÕES | | ÁREAS | OBJETIVO | META | RECURSOS | APURAÇÃO |
|-------|---|---------|-------------------------------------|-------------------------|--------------|-----------|
| 1 | Avaliar a viabilidade de retirada de | DIE/DMP | Diminuir o impacto ambiental e eco- | Realizar 100% do estudo | Projeto 2056 | Semestral |



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

| | | | | | |
|---|--|-------------------------------|--|--|--|
| suporte de copos plásticos localizados nos setores internos do PJSC | | nômico do consumo do material | | | |
|---|--|-------------------------------|--|--|--|

5.3 ÁGUA ENVASADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA

Não há ações listadas para este indicador em 2019.

5.4 IMPRESSÃO

| AÇÕES | ÁREAS | OBJETIVO | META | RECURSOS | APURAÇÃO |
|---|-------|--|--|----------|----------|
| 1 Redução da quantidade de impressoras em operação no PJSC | DTI | Melhorar o índice de utilização das impressoras disponíveis nas unidades administrativas e judiciais do PJSC | Reduzir em 10% a quantidade de impressoras distribuídas em todas as unidades do PJSC | Humanos | Anual |

5.5 TELEFONIA

Não há ações listadas para este indicador em 2019.

5.6 ENERGIA ELÉTRICA

| AÇÕES | ÁREA | OBJETIVO | META | RECURSOS | APURAÇÃO |
|---|------|--|--|-------------|----------|
| 1 Substituição de ar condicionado do tipo janelheiro por split nos gabinetes de magistrados dos fóruns com | DEA | Reduzir o consumo de energia elétrica no PJSC no que se refere aos sistemas de climatização, | Substituir 40% dos condicionadores de ar do tipo janelheiro por aparelhos do tipo split nas salas das assessorias de | Projeto 217 | Anual |



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

| | | | | | | |
|---|--|-----|--|--|----------------|-------|
| | até 5 varas | | com aumento gradual do uso de split. | magistrados dos fóruns com até 5 varas, em conformidade com as diretrizes previamente definidas pela DEA e ratificadas pelo CGENG. | | |
| 2 | Avaliação pós-ocupação da cobertura verde | DEA | Apurar as vantagens e desvantagens da cobertura verde nos fóruns de Gaspar, Navegantes e Canoinhas, concluindo pela manutenção, modificação ou eliminação dessa diretriz nos novos projetos. | Elaborar 100% do relatório quanto aos aspectos observados na instalação e manutenção das coberturas verdes nos fóruns de Gaspar e Canoinhas. | Não há custos. | Anual |

5.7 ÁGUA E ESGOTO

| | AÇÕES | ÁREA | OBJETIVO | META | RECURSOS | APURAÇÃO |
|---|--|-------------|---|--|--|-----------------|
| 1 | Ligação à rede pública de esgoto nos municípios que disponibilizam este serviço | DEA | Aprimorar o sistema de tratamento de efluentes dos fóruns | Executar os serviços de conexão à rede pública de tratamento de esgoto em no mínimo 2 prédios localizados em municípios que disponibilizam esse serviço. | Projeto orçamentário 2075 ou 1067, ou projeto específico de construção ou reforma do edifício. | Anual |



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

5.8 GESTÃO DE RESÍDUOS

| AÇÕES | ÁREA | OBJETIVO | META | RECURSOS | APURAÇÃO |
|--|------|---|---|----------|----------|
| 1 Realização de chamadas públicas com vistas ao credenciamento de organizações não governamentais e associações ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis | SGS | Destinação formal dos resíduos recicláveis à coleta seletiva solidária sem ônus direto para o erário. | 100% de celebração de convênios para atendimento das demandas em unidades do TJSC e onde houver entidades ambientalmente licenciadas. | Humanos | Anual |
| 2 Adoção de novo modelo de separação e armazenamento temporário de resíduos recicláveis nos ambientes de coleta seletiva. | SGS | Otimização da separação dos resíduos recicláveis, para a operação da coleta seletiva nos ambientes mediante a adoção de coletores de uso coletivo em substituição aos individuais, com redução de custos operacionais e melhoria na qualidade da separação. | 100% das unidades administrativas do TJSC e 10% dos fóruns. | Humanos | Anual |



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

| | | | | | | |
|---|---|-----|---|---|---------|-------|
| 3 | Introduzir a destinação ambientalmente adequada dos resíduos de construção civil - RCC nas contratações de elaboração de projetos e orçamentação de obras de construção e reforma (DEA). | DEA | Incluir a exigência de apresentação de estudo quanto à destinação ambientalmente adequada dos resíduos de construção civil - RCC em todas as contratações de elaboração de projetos do tipo "pacote fechado" a serem encaminhadas para licitação em 2018. | 100% de avaliação da apresentação de estudo da destinação ambientalmente adequada dos resíduos de construção civil - RCC nas contratações realizadas em 2019. | Humanos | Anual |
|---|---|-----|---|---|---------|-------|

5.9 REFORMAS

| AÇÕES | | ÁREAS | OBJETIVO | META | RECURSOS | APURAÇÃO |
|-------|--|-------|---|--|--|----------|
| 1 | Instalação/ampliação de bicicletários | DEA | Aumentar o número de bicicletários conforme a necessidade das comarcas e prédios. | Aumentar em 15% a quantidade de novos bicicletários a serem instalados nos prédios, que corresponderá a 80 prédios com este equipamento instalado. | Projeto orçamentário 1067 (contratos de manutenção). | Anual |

5.10 LIMPEZA

| AÇÕES | | ÁREAS | OBJETIVO | META | RECURSOS | APURAÇÃO |
|-------|---|-----------|---|-------------------------|----------|----------|
| 1 | Realizar estudo para avaliar a possibilidade | DIE - DMP | Diminuir o impacto ambiental no consumo dos | Realizar 100% do estudo | Humanos | Anual |



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

| | | | | | | |
|--|--|--|---|--|--|--|
| | de adquirir produtos biodegradáveis | | materiais e serviços relacionados aos procedimentos de limpeza do PJSC. | | | |
|--|--|--|---|--|--|--|

5.11 VIGILÂNCIA

Não há ações listadas para este indicador em 2019.

5.12 VEÍCULOS

| AÇÕES | | ÁREA | OBJETIVO | META | RECURSOS | APURAÇÃO |
|-------|---|---------|---|-------------------------|----------|----------|
| 1 | Realizar estudo para avaliar o potencial impacto da adoção de videoconferência em reuniões administrativas na quantidade de deslocamentos entre unidades do Tribunal de Justiça. | DTI/DIE | Redução da quantidade de deslocamentos com veículos entre as unidades do Tribunal de Justiça. | Realizar 100% do estudo | Humanos | Anual |

5.13 COMBUSTÍVEL

| AÇÕES | | ÁREAS | OBJETIVO | META | RECURSOS | APURAÇÃO |
|-------|---|-------|--|-------------------------|----------|----------|
| 1 | Realizar estudo para avaliar o custo benefício em utilizar etanol ou gasolina no abastecimento dos veículos da frota oficial | DIE | Traçar comparativo entre os aspectos econômico, financeiro e socioambiental na utilização de cada combustível. | Realizar 100% do estudo | Humanos | Mensal |



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

5.14 QUALIDADE DE VIDA

| AÇÕES | | ÁREAS | OBJETIVO | META | RECURSOS | APURAÇÃO |
|-------|---|-------|---|--|----------------------|----------|
| 1 | Cartões Virtuais - Datas marcantes | DGP | Reconhecer, valorizar ou apoiar servidores e magistrados por meio do envio de cartões individualizados em momentos marcantes da vida destes. | Enviar as mensagens a todos servidores, magistrados e estagiários em datas especiais individualizadas. Indicador em número de cartões enviados. | Humanos | Anual |
| 2 | Diagnósticos Diversos | DGP | Acompanhar e desenvolver os servidores realizando entrevistas individuais com todos os membros envolvidos na situação relatada ao ser solicitado o diagnóstico; com base nas entrevistas definir a intervenção cabível e realizar os encaminhamentos necessários. | Realizar diagnóstico nas unidades jurisdicionais em atendimento à demandas da Presidência, CGJ, DGA, ou resultantes do acompanhamento do desempenho de servidores, visando eventual intervenção da DGP. Indicador em número de servidores entrevistados nos diagnósticos das unidades atendidas. | Humanos e financeiro | Anual |



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

| | | | | | | |
|---|---|-----|--|---|----------------------|-------|
| 3 | Programa Rodízio de Funções | DGP | Proporcionar uma maior integração entre os servidores, melhorar a comunicação entre os setores e aumentar o conhecimento quanto às atribuições e funções exercidas pelos diversos setores do Tribunal de Justiça/ Comarca. | Realizar duas edições do evento (uma em cada semestre). Indicador em número de participantes. | Humanos | Anual |
| 4 | Homenagem aos servidores aposentados | DGP | Homenagear e agradecer os servidores pelos anos de contribuição prestada ao Poder Judiciário de Santa Catarina. | Confeccionar cartão individualizado para todos os servidores que se aposentarem no ano. Indicador em número de servidores homenageados. | Humanos e financeiro | Anual |
| 5 | Programa de Melhoria do Clima Organizacional | DGP | Verificar o grau de satisfação dos servidores, com relação à Instituição, à equipe de trabalho e às chefias, identificar as causas de possíveis insatisfações e, com base | Aplicar o Programa de Melhoria do Clima Organizacional em 3 unidades de trabalho (comarcas ou diretorias) no ano. Indicador em número de colaboradores das unidades que receberam o programa. | Humanos e financeiro | Anual |



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

| | | | | | | |
|---|--|-------------------|--|--|-----------------------|-------|
| | | | nas informações coletadas, implementar em conjunto com os servidores, ações que propiciem condições para maior satisfação no trabalho. | | | |
| 6 | Recadastramento de Aposentados | DGP | Auxiliar a servidor aposentado incapacitado a realizar o recadastramento anual obrigatório, contribuindo para o seu bem-estar. | Recadastrar todos aposentados que solicitarem o atendimento no ano. Indicador em número de servidores aposentados atendidos. | Humanos | Anual |
| 7 | Atendimento Psicossocial | DGP | Dar suporte psicossocial a servidores que buscam auxílio para dificuldades vivenciadas no ambiente de trabalho. | Atender todos os servidores que solicitarem apoio psicossocial. Indicador em número de servidores atendidos. | Humanos | Anual |
| 8 | Fomentar e participar de curso sobre intervenção em situações de urgências psicológicas | DS/ DGP/A J | Capacitar os servidores envolvidos com demandas emergenciais e formular um protocolo de atendimento dos casos | Capacitar no mínimo 70% dos servidores da DS envolvidos no atendimento de situações de crise | Humanos e Financeiros | Anual |



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

| | | | | | | |
|----|---|---------------------------|---|--|---|-------|
| 9 | Humanizar a comunicação de aposentadorias por invalidez | DS | Comunicar aos servidores encaminhados pela Junta Médica que estes serão aposentados por invalidez | Atender 100% dos casos encaminhados pela Junta Médica | Humanos | Anual |
| 10 | Atuar no processo de verificação dos riscos psicossociais/cognitivos | DS | Avaliar riscos psicossociais e cognitivos dos postos de trabalho, conforme estabelecido no e-social | Preencher 100% dos quesitos estabelecidos pelo e-social e avaliar 100% do público obrigado ao e-Social | Humanos / Materiais / Financeiros | Anual |
| 11 | Instituir a Semana da Saúde (08 a 12/04/2019) | DS//Núcleo de Comunicação | Melhorar por meio desta ferramenta, a disposição, a partir da informação, conscientização e educação dos colaboradores. Proporcionar o bem-estar no trabalho, pois é um investimento que traz retornos positivos a todos. | Alcançar a participação de 20% dos colaboradores do PJSC | Humanos e Financeiros | Anual |
| 12 | Adquirir, orientar e distribuir o Equipamento de Proteção Ergonômica-EPE | DS | Garantir e proteger os trabalhadores, prevenir o surgimento de DORT/LER, elevando a | Atender 100% da demanda | Humanos, Materiais e Financeiros | Anual |



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

| | | | | | | |
|----|---|--------|--|---|----------------------------------|-------|
| | | | saúde e segurança do trabalhador, bem como minimizar a exposição aos riscos ergonômicos. | | | |
| 13 | Adquirir, controlar, orientar e distribuir o Equipamento de Proteção Individual-EPI | DS | Assegurar e proteger os trabalhadores, bem como minimizar a exposição a riscos ocupacionais | Atender 100% dos colaboradores expostos a riscos ocupacionais indicados no PPRA | Humanos, Materiais e Financeiros | Anual |
| 14 | Realizar a Análise Ergonômica do Trabalho nos postos de trabalho indicados pela Junta Médica | DS | Realizar análise ergonômica do posto de trabalho indicado pela Junta Médica Oficial, e implementar as recomendações ergonômicas identificadas. | Realizar AET em 100% da demanda enviada pela Junta Médica | Humanos, Materiais e Financeiros | Anual |
| 15 | Avaliar o questionário osteomuscular dos teletrabalhadores | DS | Diagnosticar efeitos positivos e negativos sobre a saúde do teletrabalhador. | Avaliar 100% dos questionários recebidos na Seção de Ergonomia via SPA. | Humanos | Anual |
| 16 | Estudo para instituição de procedimento em casos de acidente do Trabalho | DS/DGP | Elaboração de fluxograma relativo aos casos de acidentes de trabalho | Realizar 100% do estudo | Humanos / Materiais | Anual |



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

| | | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|--|
| | | | ocorridos com os colaboradores do PJSC | | | |
|--|--|--|--|--|--|--|

5.15 CAPACITAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

| AÇÕES | ÁREA | OBJETIVO | META | RECURSOS | APURAÇÃO |
|-------|--------------------|---|---------------------------|----------|----------|
| 1 | SGS/ CGS/ AJ | Elaborar projeto pedagógico para a capacitação das áreas diretamente envolvidas quanto aos fundamentos, objetivos, metodologia, e composição, elaboração dos inventários, planos de ações, metas, relatórios. | Elaborar 100% da proposta | Humanos | Anual |
| 2 | SGS/ CGS/ AJ | Elaborar projeto pedagógico para a capacitação das áreas diretamente envolvidas com a elaboração de projetos básicos para especificações técnicas com inserção de critérios técnicos de sustentabilidade. | Elaborar 100% da proposta | Humanos | Anual |

5.16 CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS

| AÇÕES | ÁREAS | OBJETIVO | META | RECURSOS | APURAÇÃO |
|-------|-------|----------|------|----------|----------|
|-------|-------|----------|------|----------|----------|



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

| | | | | | | |
|---|--|-----------|---|--|---------|-------|
| 1 | Fomentar a realização de compras compartilhadas com outros Órgãos Públicos. | DMP E URs | Incentivar e auxiliar no planejamento de compras compartilhadas, compreendidas as contratações realizadas para um grupo de participantes previamente estabelecidos, com o objetivo de gerar benefícios econômicos e socioambientais | Formalizar 10 Atas de Registro de Preços de itens estocáveis originadas de procedimentos licitatórios compartilhados em que o TJSC tenha participado como unidade gerenciadora ou participante. | Humanos | Anual |
| 2 | Estabelecer procedimentos que garantam a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte de maneira preferencial nos procedimentos de dispensa de licitação. | DMP E URs | Promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica. | Exigir justificativa em 100% das contratações diretas realizadas por meio de dispensa de licitação nos casos em que a preferência conferida às microempresas e empresas de pequeno porte não seja observada. | Humanos | Anual |